

Germano Adolfo Gehrke

**O BRASIL NAS REVISTAS DE NOTÍCIAS DER SPIEGEL, LE
NOUVEL OBSERVATEUR, THE ECONOMIST E TIME: UM
OLHAR SOBRE A CORRUPÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração de Empresas em 30 de abril de 2014.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gehrke, Germano Adolfo

O Brasil nas revistas de notícias Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, The Economist e Time: um olhar sobre a corrupção / Germano Adolfo Gehrke ; orientador, José Alonso Borba - Florianópolis, SC, 2014.

87 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Corrupção. 3. Imagem do Brasil. 4. Revistas estrangeiras. I. Borba, José Alonso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Germano Adolfo Gehrke

**O BRASIL NAS REVISTAS DE NOTÍCIAS DER SPIEGEL, LE
NOUVEL OBSERVATEUR, THE ECONOMIST E TIME: UM
OLHAR SOBRE A CORRUPÇÃO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração de Empresas”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 15 de maio de 2014.

Prof. Marcus Vinicius A. de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Fabrícia Silva da Rosa, Dr.^a
Universidade Regional de Blumenau

Prof. Leonardo Flach, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Two roads diverged in a wood and I – I took the one less traveled by, and that has made all the difference. Robert Frost.

Ao professor Alonso, pelo incentivo em buscar o caminho menos trilhado.

RESUMO

O Brasil tem desempenhado um papel de crescente importância no cenário internacional. A corrupção é uma variável relevante no país. Este trabalho avalia a fidelidade com a qual as notícias sobre corrupção ocorridas no Brasil é replicada no exterior e busca identificar uma correlação entre notícias no exterior sobre corrupção no Brasil e índices econômicos. A pesquisa é desenvolvida em periódicos de notícias das quatro maiores economias ocidentais, a saber, as revistas Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, The Economist e Time. A partir de temas de capa da revista Veja, é construída uma análise para identificar a forma pela qual estas notícias são replicadas no exterior. Determinada a forma de divulgação de notícias de corrupção brasileira no estrangeiro, uma avaliação de eventual correlação com índices econômicos é desenvolvida. Os índices analisados são: investimento estrangeiro direto, exportações, importações, o risco Brasil, facilidade de comercializar com o exterior e o CPI (Corruption Perception Index). Ainda que exista uma correlação muito forte entre as notícias sobre corrupção na Veja e os artigos publicados nas quatro revistas internacionais, uma possível influência desta exposição de notícias de corrupção nos índices propostos não produz um coeficiente suficientemente alto para assegurar a proposta correlação.

Palavras-chave: Corrupção, Imagem do Brasil, Revistas estrangeiras.

ABSTRACT

Brazil has been playing an increasingly important role in the international scenario. Corruption is a relevant issue in the country. This study evaluates the fidelity with which the news of corruption occurring in Brazil is replicated abroad and seeks to identify a correlation between news over corruption in Brazil published abroad and economic indexes. The analysis is developed in weekly magazines of the four largest western economies, namely, Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, The Economist and Time. Based on cover themes presented by Veja (major Brazilian weekly news magazine) it is verified how the news are replicated abroad. Determining the form of news presenting Brazilian corruption abroad, a review of possible correlation with economic indexes is developed. The analyzed indexes are: foreign direct investment, exports, imports, Brazil risk, ease of trade and the corruption perception index. Although there is a strong correlation between corruption published by Veja and the international magazines, a possible influence of this exposure of corruption news and the indexes did not produce a high enough rate to ensure the proposed correlation.

Keywords: Corruption, Image of Brazil, Foreign Magazines

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - The Economist, capa das edições de 12/nov/2009 e 14/out/2013.....	12
Figura 2 - Como o nível de corrupção em seu país mudou nos últimos dois anos?	13
Figura 3 - Capas da revista Veja - 2012	18
Figura 4 - Posição do Brasil em índices da Transparência Internacional.....	25
Figura 5 - Capa e artigo da edição 2118 da revista Veja.....	97
Figura 6 - Artigo da Der Spiegel, julho de 2009.....	98
Figura 7 - House of horrors - TheEconomist, 9 de julho de 2009.....	100
Figura 8 - Capa e artigos da edição 1906 de Veja, Maio de 2005.....	122
Figura 9 - Cleaning the Brasilia pork factory - The Economist, Novembro de 2011	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ranking do Comércio Internacional vs Índice de Percepção de Corrupção	28
Gráfico 2 - Ranking de Comércio Internacional vs Indicador Global de Governança	29
Gráfico 3 - Circulação de revistas semanais, vendas individuais	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Suborno	41
Quadro 2 - Corrupção e o ambiente internacional	52
Quadro 3 - Percepção de Corrupção.....	56
Quadro 4 - Mídia e Corrupção	61
Quadro 5- Cronologia de notícias sobre o mensalão.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Capas da revista Veja vinculadas à corrupção no ano de 2012	17
Tabela 2 - CPI 2013 - Países Top 10	26
Tabela 3 - Circulação paga de revistas alemãs em 2012	67
Tabela 4 - Circulação paga de revistas francesas em 2012	68
Tabela 5 - Assuntos abordados na capa da revista Veja	74
Tabela 6 - Artigos sobre o Brasil abordados nas revistas internacionais... ..	75
Tabela 7 - Número de artigos sobre o Brasil, ano a ano	77
Tabela 8 - Número de artigos sobre corrupção no Brasil, ano a ano	78
Tabela 9 - Tempo x Notícias sobre o Brasil - Correlação	81
Tabela 10 - Tempo x Notícias sobre Corrupção - correlação	82
Tabela 11 - Veja - Capas que tratam de corrupção no Brasil	84
Tabela 12 - Veja - Tempo x Capas sobre Corrupção	85
Tabela 13 - Correlação Capas Veja x Artigos Revistas Estrangeiras	88
Tabela 14 - Tipos de Corrupção de acordo com UNODC	89
Tabela 15 - Casos Fraude/Desfalque/Roubo - Correl. Veja x Revistas Estrangeiras	90
Tabela 16 - Assuntos de Corrupção, Revistas Estrangeiras	92
Tabela 17 - Casos de Corrupção, assuntos de capa da Revista Veja	94
Tabela 18- Artigos Corrupção x I.E.D. - Correlação no mesmo ano da publicação	103
Tabela 19 - Artigos Corrupção x I.E.D. - Correlação no ano seguinte à publicação	104

Tabela 20 - Artigos Corrupção x Exportações - Correlação no mesmo ano da publicação.....	106
Tabela 21 - Artigos Corrupção x Exportações - Correlação no ano seguinte à publicação.....	107
Tabela 22 - Artigos Corrupção x Importações - Correlação no mesmo ano da publicação.....	108
Tabela 23 - Artigos Corrupção x Importações - Correlação no ano seguinte à publicação.....	109
Tabela 24 - Artigos Corrupção x EMBI+Br - Correlação no mesmo ano da publicação.....	111
Tabela 25 - Artigos Corrupção x EMBI+Br - Correlação no ano seguinte à publicação	112
Tabela 26 - Artigos Corrupção x T.A.B. - Correlação no mesmo ano da publicação.....	114
Tabela 27 - Artigos Corrupção x T.A.B. - Correlação no ano seguinte à publicação.....	115
Tabela 28 - Artigos Corrupção x C.P.I. - Correlação no mesmo ano da publicação.....	118
Tabela 29 - Artigos Corrupção x C.P.I. - Correlação no ano seguinte à publicação.....	119
Tabela 30 - Correlação entre capas da Veja e artigos em revistas estrangeiras	123
Tabela 31 - Correlação entre notícias sobre corrupção e indicadores	126

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	19
1.2 OBJETIVO GERAL	22
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
1.4 JUSTIFICATIVA	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1 CONCEITOS E FORMAS DE CORRUPÇÃO.....	32
2.1.1 As formas de corrupção.....	39
2.1.1.1 Suborno.....	40
2.1.1.2 Fraude, desfalque ou roubo.....	41
2.1.1.3 Extorsão	43
2.1.1.4 Abuso da Função	43
2.1.1.5 Favorecimento e Nepotismo	44
2.1.1.6 Criar ou explorar Conflito de Interesses	44
2.1.1.7 Contribuições Políticas Impróprias.....	45
2.2 CORRUPÇÃO E O AMBIENTE INTERNACIONAL.....	46
2.3 A PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO	52
2.4 MÍDIA E A CORRUPÇÃO.....	57
3 MÉTODO DA PESQUISA	62
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	62
3.2 COLETA DE DADOS.....	68
3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	70
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	73

4.1	A EXPOSIÇÃO DO BRASIL NAS REVISTAS ESTRANGEIRAS E A PARTICIPAÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE CORRUPÇÃO ENTRE 2003 E 2013.....	73
4.2	A COBERTURA SOBRE O BRASIL EM CADA PUBLICAÇÃO ESTRANGEIRA.....	76
4.3	A COBERTURA NA VEJA	83
4.4	A COBERTURA SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL E O REFLEXO NOS ARTIGOS PUBLICADOS NO EXTERIOR	86
4.5	OS PRINCIPAIS CASOS DE CORRUPÇÃO E A FORMA DE EXPOSIÇÃO NO BRASIL E NO EXTERIOR	91
4.6	O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO DA CORRUPÇÃO SOBRE AS EMPRESAS NO BRASIL.....	100
4.6.1	Volume de investimento estrangeiro direto no Brasil	102
4.6.2	Comércio exterior brasileiro	105
4.6.3	O risco Brasil.....	110
4.6.4	<i>Trading Across Borders</i>	113
4.6.5	<i>Corruption perception index</i>	116
5	CONCLUSÕES.....	120
	REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo de 2014 e a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, os dois eventos com a maior cobertura global da mídia, trouxeram ao Brasil uma exposição no exterior até então desconhecida. Mas o país vem gerando atenção no exterior por outras razões ao longo das últimas duas décadas, a consolidação de seu sistema democrático, o desempenho de sua economia, suas posições diplomáticas, as descobertas expressivas de reservas de petróleo, a corrupção nas áreas pública e privada, todos tópicos relevantes e recorrentes na mídia internacional.

Poucos países ao longo dos últimos cinco anos foram temas de duas reportagens de capa da revista britânica *The Economist*. Em novembro de 2009 o Brasil foi contemplado com um artigo especial de 14 páginas que tratava da maior história de sucesso da América Latina (a 14 page Special Report on Latin America's Big Success Story). Passados três anos e onze meses, a mesma publicação dedica sua capa e um novo artigo especial com as mesmas 14 páginas dedicadas ao país, agora com a manchete “O Brasil estragou tudo?” (Has Brazil blown it?).

As imagens refletem a mudança de posicionamento da revista, a reportagem da edição de 2013 aponta aspectos negativos diversos que levaram a esta nova percepção do país no exterior, a corrupção ocupa um papel importante neste processo.

Figura 1 - The Economist, capa das edições de 12/nov/2009 e 14/out/2013



Fonte: Autor, 2014

“Todos os dias, em todo o mundo, pessoas comuns carregam o custo da corrupção. Em muitos países, a corrupção afeta as pessoas do nascimento até a morte.” Desta forma, a Transparency International introduz o seu relatório Barômetro Global da Corrupção 2013, uma pesquisa junto a 114.000 respondentes em 107 países que pesquisa a consequência da corrupção na vida das pessoas. As principais conclusões do estudo apontam o suborno como ferramenta amplamente utilizada pelos respondentes (27%), o alto nível de corrupção nas instituições públicas, as ações insuficientes dos governos no combate à corrupção e os partidos políticos, pilares democráticos da sociedade, como as instituições mais corruptas.

A perspectiva futura tampouco é alentadora. Mais da metade dos entrevistados entende que a corrupção tenha aumentado em seus

corruptos. Ainda assim, estudos aplicados a diversos países e regiões procuram quantificar as perdas decorrentes da corrupção. Relatório da União Europeia publicado em 2014 aponta que o conjunto de corrupção política ou suborno de funcionários públicos, passando pela existência de relações corruptas entre empresas privadas, afeta os países europeus e estima-se que o seu custo para a economia gire ao redor de 120 bilhões de Euros por ano.

É no ambiente das organizações que os atos corruptos ocorrem com maior frequência, com implicação direta na administração das organizações. A ética aplicada à administração de empresas com atuação global é um tema atual e recorrente na literatura que trata de gerenciamento internacional de organizações. Com frequência, o foco aponta para diferenças culturais e a maneira como empresas estrangeiras devem lidar em ambientes distintos de sua origem. De acordo com Robertson e Crittenden (2003, p. 385), “as diferentes filosofias morais, muitas vezes aparentes apenas através de fronteiras internacionais, têm importantes implicações para empresas multinacionais. As normas éticas seguidas por parceiros de outras culturas podem criar desastres de relações públicas.”

Menos frequente nos estudos sobre organizações com atuação global é a análise da influência que o comportamento antiético de terceiros exerce nas decisões estratégicas das empresas. Ao tratar de valores e práticas éticas no ambiente de negócios internacionais, Cavusgil et al (2010, p.136) definem a corrupção “como forma extrema

de conduta antiética e envolve o uso de práticas ilegais ou imorais, sobretudo o suborno e fraude, para atingir objetivos comerciais.” Os mesmos autores apresentam estudos que estimam que mais de 30 por cento das multinacionais consideram que a corrupção constitui uma séria preocupação nas decisões de investimento mundial e, ainda, que baixos níveis de investimento estrangeiro direto (IED) estão associados a altos níveis de corrupção, ou seja, empresas tendem a não investir em países com alta percepção de corrupção.

Por sua natureza criminosa, atos de corrupção são omitidos por seus perpetradores e usualmente negados quando investigados ou descobertos. É razoável estimar, portanto, que apenas uma fração destas práticas ilegais vem à tona. Consequentemente, em função da inexistência de um banco de dados amplo e representativo dos atos de corrupção, a apuração do volume dos prejuízos que causam é gravemente comprometida. Assim mesmo, algumas ferramentas de pesquisa de corrupção buscam uma alternativa a esta limitação de disponibilidade de dados através de consultas que indicam a percepção da existência de corrupção em determinados países a partir da opinião expressa por executivos e especialistas. Segundo Cavusgil et al (2010) o Índice de Percepções de Corrupção, produzido pela Transparência Internacional, mostra o nível de corrupção mundial conforme a percepção de executivos envolvidos em negócios internacionais. A imagem que um país ostenta no exterior, portanto, é fator determinante na percepção de corrupção apontada pelos executivos envolvidos no

ambiente de negócios globais.

Esta imagem externa de um país, entretanto, exerce uma influência que ultrapassa as decisões sobre investimentos diretos ou do comércio internacional com uma dada nação. Ela influencia consumidores na escolha do seu destino de férias, ou na opção por um determinado produto em função de sua origem. Conforme Roth e Diamantopoulos (2009), uma imagem favorável de um país de origem (produtor de um determinado bem ou serviço) tem um impacto considerável na avaliação dos consumidores de produtos originários de diferentes países e, portanto, influencia positivamente as decisões de compras subsequentes destes consumidores.

Assim, a percepção da imagem que um país constrói no exterior exerce influência em vários aspectos dos seus negócios internacionais. Uma percepção positiva pode determinar o sucesso de um destino de férias junto a consumidores estrangeiros, ou a opção por um bem exportado para um determinado mercado. Por outro lado, a reputação desfavorável poderá dificultar ou reduzir o investimento externo naquele país, impor barreiras ao esforço exportador de seus empresários ou mesmo dificultar o processo de importação por empresas localizadas em uma nação com conceito duvidoso.

A mídia no Brasil apresenta regularmente casos de corrupção. Somente no ano de 2012, a revista *Veja* (2013) dedicou 13 de suas 52 capas a artigos direta ou indiretamente vinculados a estes atos. A tabela 1 apresenta as coberturas sobre corrupção em capas da revista *Veja* em

2012.

Tabela 1 - Capas da revista Veja vinculadas à corrupção, ano 2012

Título	Data
A sedutora e o poder	15/fev
Mensalão	18/abr
Nas águas do Cachoeira	09/mai
A imprensa acende a luz	16/mai
Um tiro no pé	06/jun
Réu	01/ago
Até que enfim	05/set
Os segredos de Valério	19/set
O menino pobre que mudou o Brasil	10/out
Vitória suprema	17/out
O que Valério quer contar à Justiça	07/nov
A mulher que sabia demais	05/dez
O ano da Justiça	26/dez

Fonte: Autor, 2013

Assim, de cada quatro edições publicadas pelo semanário de maior circulação no Brasil, uma delas trazia corrupção ou tema relacionado como assunto principal. A mídia internacional poderá replicar ou ignorar os temas de relevância no Brasil, dependendo da orientação de seus editores, perfil de seus leitores ou mesmo do interesse de seu público alvo.

A figura 3 ilustra algumas das capas de Veja ao longo do ano de 2012.

Figura 3 - Capas da revista Veja - 2012



Fonte: Autor, 2013

Portanto, diversos aspectos negativos podem ser identificados a partir de uma imagem desfavorável que um país desenvolve no exterior. Cavusgil et al (2010, p.137) apontam que “o comércio e os investimentos podem ajudar a reduzir a pobreza, mas as multinacionais relutam em fazer negócios com nações que exibem altos níveis de corrupção”. Continuam os autores afirmando que “altos níveis de

corrupção são associados a baixos níveis de entrada de IED”. Estudos sobre o efeito da corrupção no desempenho de determinados segmentos da economia de um país apontam para tais efeitos nefastos. Wei (2000) conclui que a corrupção influi significativamente no nível de investimento direto estrangeiro em uma economia. Shiraz (2011) identifica correlação entre a alta percepção de corrupção e a dificuldade no comércio internacional. Zelekha & Sharabi (2012) constatam que a redução de percepção de corrupção favorece o comércio internacional. Uma análise mais detalhada destes estudos é apresentada no referencial teórico.

Dadas estas dificuldades e a recorrência de notícias sobre corrupção publicadas na imprensa brasileira, cabe o questionamento de como esse comportamento é replicado na imprensa internacional e de que forma essa divulgação no exterior pode repercutir no ambiente das organizações que atuam no Brasil. Assim, a questão a ser respondida trata da intensidade com a qual são divulgadas nas principais economias ocidentais notícias desfavoráveis ao Brasil relacionadas a atos de corrupção, e quais consequências trariam às organizações que aqui operam?

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O tema limita-se à exposição do Brasil em publicações estrangeiras, concretamente aos casos de corrupção que são

apresentados em revistas das quatro maiores economias ocidentais ao longo dos últimos onze anos. A avaliação se a cobertura sobre o Brasil nas revistas estrangeiras esta alinhada com a exposição pela mídia no Brasil é feita a partir do levantamento de temas de capa da revista *Veja*, limitada apenas a este semanário, o de maior circulação no Brasil.

Em novembro de 2001 o economista Jim O'Neill, do banco de investimentos Goldman Sachs, utiliza pela primeira vez o acrônimo BRIC em seu artigo “Building Better Global Economic BRICs.” Em função do sucesso alcançado pelo artigo e da adoção do acrônimo de forma generalizada, tanto pela imprensa bem como pela academia, ainda em 2003 O'Neill faz sua primeira visita ao Brasil com o objetivo de dar uma palestra sobre o sonho do BRIC (O'Neill, 2011). O sucesso de seu artigo transforma o acrônimo em sinônimo dos países emergentes mais relevantes e, como consequência, aumenta a exposição na mídia internacional do Brasil, além da China, Índia, Rússia e, mais recentemente, da África do Sul.

O ponto de partida da análise é definido pelo momento em que o Brasil passa a ter uma exposição maior junto à mídia internacional em função do papel crescente desempenhado pelos países emergentes, onde a criação do termo BRIC é um indicador. O período coincide também com o exercício da presidência da república sendo conduzido pelo mesmo partido político. A análise, portanto, se estenderá ao longo do período de onze anos, que se inicia em janeiro de 2003 e termina em dezembro de 2013.

Limita-se esta pesquisa também à análise do conteúdo das edições impressas das revistas semanais de notícias das quatro maiores economias ocidentais, Time dos Estados Unidos, Der Spiegel da Alemanha, The Economist do Reino Unido e Le Nouvel Observateur da França. Os dois periódicos de língua inglesa estão entre as seis revistas de notícias mais influentes de acordo o relatório The State of the News Media 2012 emitido pelo Pew Research Center. As publicações em alemão (Der Spiegel) e francês (Le Nouvel Observateur) são as que possuem maior circulação em seus países de origem. A preferência por revistas semanais a outras publicações tais como os jornais diários, dá-se pelo volume de notícias publicadas ao longo do período avaliado. Por ter um volume de notícias mais amplo do que as revistas semanais, a pesquisa ao banco de dados de jornais ao longo de um período de onze anos possivelmente resultaria em uma quantidade de dados de demasiada complexidade de avaliação. A escolha pelo conteúdo das edições impressas tem como objetivo evitar a inclusão de artigos apresentados em versões *online* ou blogues. É comum encontrar nos portais eletrônicos de determinadas revistas, materiais que complementam os artigos de suas edições impressas, blogues que tratam de assuntos contemporâneos ou mesmo pesquisas de opiniões sobre determinados temas. Como a produção destas ferramentas tem crescido ao longo da última década (há muito mais blogues hoje do que há onze anos), é razoável assumir que a inclusão destes veículos de informação faria com que notícias sobre o Brasil aumentassem ao longo do tempo,

ou seja, haveria uma exposição maior sobre o Brasil em função de uma diversidade maior de fontes, e não por alguma razão vinculada à importância dos fatos ocorridos no país.

A imagem desfavorável do Brasil no exterior exerce um impacto negativo no desempenho das empresas brasileiras. Casos de corrupção possivelmente são os que mais contribuem para esta situação. O problema a ser respondido está relacionado à exposição de notícias sobre o Brasil na mídia internacional e ainda ao alinhamento das notícias divulgadas no exterior com os temas e assuntos abordados no país. As questões a serem abordadas estão ligadas às versões do que é publicado no exterior com base na exposição das notícias no Brasil, a frequência com a qual os casos de corrupção são apresentados nas revistas estrangeiras, a participação que estas notícias alcançam sobre o total das notícias divulgadas sobre o Brasil, o perfil dos casos de corrupção e, finalmente, o impacto que esta exposição no exterior exerce em indicadores relacionados à economia brasileira, mais precisamente nos setores vinculados ao comércio internacional.

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar a exposição de notícias de corrupção no Brasil nas revistas *Der Spiegel*, *Le Nouvel Observateur*, *The Economist* e *Time* e possível correlação com índices econômicos.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar artigos sobre o Brasil e especificamente sobre corrupção nas quatro revistas estrangeiras ao longo do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2013.

- Comparar a divulgação de notícias sobre corrupção no exterior com a exposição dedicada internamente no país.

- Classificar o tipo de corrupção de acordo com o guia de políticas anticorrupção da United Nations Office on Drugs and Crimes.

- Identificar eventual correlação entre notícias de corrupção no exterior e índices relacionados ao investimento estrangeiro direto, comércio exterior e percepção da corrupção no país.

1.4 JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos anos identifica-se uma maior participação do Brasil no cenário internacional. Este papel assume maior importância tanto na área diplomática como na economia global. Aumenta, portanto, a exposição do Brasil no exterior, onde empresas multinacionais, investidores e organizações globais passam a dedicar mais atenção ao que ocorre no país.

Conforme Sweig (2010, p.173), “na última década o Brasil reformulou-se como uma marca e potência global sendo um dos maiores produtores mundiais de bens que todos necessitam, desde animais, vegetais e minerais até água, energia e aviões”. Ainda de acordo com a

autora, “a ascensão do Brasil coincide com o declínio relativo da influência dos Estados Unidos na América Latina e o surgimento de novos centros de poder na Ásia”.

As atenções ao Brasil voltam-se não apenas aos aspectos positivos que o país passa a apresentar, mas também aos riscos que o ambiente brasileiro possa oferecer às organizações que aqui pretendam investir ou operar. Dentre os aspectos desfavoráveis, destacam-se a corrupção, que causa impacto em duas variáveis importantes na relação econômica internacional de uma nação, ou seja, no investimento estrangeiro direto (IED) e no volume de seu comércio com outras nações.

A Transparência Internacional, organização global especializada no tema de corrupção, é conhecida por seus estudos sobre o tema e desenvolveu ao longo das duas últimas décadas diversas ferramentas que classificam, quantificam e estimam índices relacionados à corrupção. Destacam-se nos trabalhos da instituição diversos relatórios, índices e prêmios relacionados ao tema, tais como o Corruption Perception Index (Índice de Percepção de Corrupção), Global Corruption Report, o Bribe Payers Index e o Integrity Award. O Brasil alcança apenas uma posição intermediária nos dois índices da Transparência Internacional, conforme é apresentado na figura 4 a seguir.

Figura 4 - Posição do Brasil em índices da Transparência Internacional



Fonte: Transparência Internacional, 2013

Quatro países da Escandinávia estão entre os cinco melhores colocados no ranking do Corruption Perception Index 2013, pesquisado em 177 nações. O Bribe Payers Index 2011, contou com um número limitado de países, apenas 28. Nenhum dos 5 países com melhor desempenho no Corruption Perception Index foram avaliados no Bribe Payers Index, o que permite apenas uma comparação limitada do desempenho dos países nos dois índices.

A tabela 2 elenca os 10 países com melhor desempenho no Corruption Perception Index de 2013.

Tabela 2 - CPI 2013 - Países Top 10

Corruption Perception Index 2013		
Posição	País	Pontos
1	Dinamarca	91
1	Nova Zelândia	91
3	Finlândia	89
3	Suécia	89
5	Noruega	86
5	Singapura	86
7	Suíça	85
8	Países Baixos	83
9	Austrália	81
9	Canadá	81

Fonte: Transparência Internacional, 2013

No Brasil destaca-se o Instituto Ethos, uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. Dentro de seu objetivo de fomento a uma economia responsável, sua política de integridade apoia o combate à corrupção e à impunidade através da participação junto ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, numa ação conjunta com entidades nacionais e internacionais tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e o Fórum Econômico Mundial.

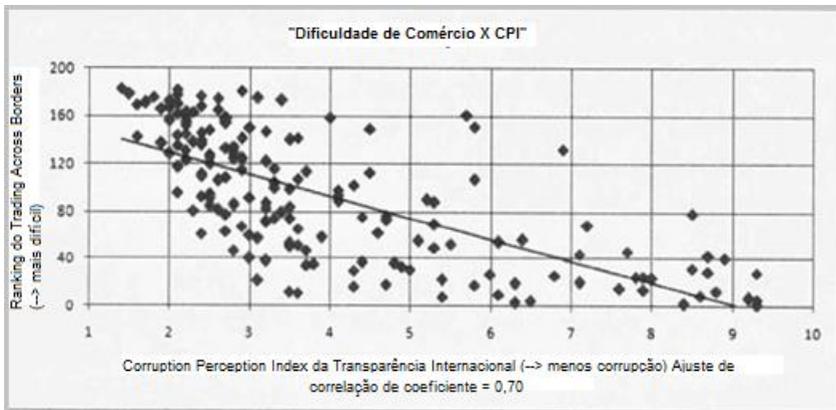
Em relação ao impacto do montante de investimento estrangeiro direto destinado a um país, Blanco (2012, p.1337) considera que “o investimento estrangeiro direto tem contribuído significativamente desde o início da década de 1990 para o desenvolvimento econômico da América Latina, região onde o capital é escasso.” Em função de seu efeito positivo sobre o crescimento, o IED é uma fonte importante para o crescimento econômico. Cuervo-Cazurra (2008, p.12) aponta que a “corrupção tem um impacto negativo no investimento estrangeiro direto. Paradoxalmente, entretanto, as economias emergentes apresentam simultaneamente altos índices de corrupção e recebem grandes volumes de investimento estrangeiro direto.”

Efeitos da corrupção não se limitam aos investimentos estrangeiros, são observados também na capacidade de um país em desenvolver o seu comércio exterior. Conforme Shirazi (2011, p.435), “países emergentes competem por oportunidades de comércio internacional e deveriam dedicar esforços para combater a corrupção uma vez que uma alta percepção de corrupção está fortemente relacionada com baixos volumes de comércio internacional.” Ainda conforme o autor, uma redução significativa da percepção de corrupção de um determinado país pode trazer ao seu comércio externo um impacto igual ou maior do que mudanças favoráveis nas regras laborais, níveis de impostos ou medidas de controle de capital.

O gráfico 1 apresentado por Shirazi ilustra esta posição através

da comparação de dois índices de 178 países. Por um lado considera-se o índice de percepção de corrupção emitido pela Transparência Internacional, por outro, o índice de Facilidade de Comércio Internacional (ease of Trading Across Borders), elaborado pelo Banco Mundial.

Gráfico 1 - Ranking do Comércio Internacional vs Índice de Percepção de Corrupção



Fonte: Shirazi (2011)

O índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional é um de vários indicadores de corrupção. O Banco Mundial publica também o Indicador Global de Governança (WGI – Worldwide Governance Indicators). Ao comparar os dois índices publicados pelo Banco Mundial (Indicador Global de Governança e Facilidade de Comércio Internacional), o resultado aparece no gráfico 2.

Gráfico 2 - Ranking de Comércio Internacional vs Indicador Global de Governança



Fonte: Shirazi, (2011)

Ambas as comparações apresentam uma forte correlação (0,7 e 0,73) entre a percepção de corrupção e o *ranking* de condução de comércio internacional. Este resultado não é inesperado, uma vez que as barreiras ao comércio internacional tais como o intervencionismo administrativo e a burocracia das organizações estão intimamente vinculados com a corrupção, conclui Shirazi.

Identificada a relação entre a percepção de corrupção e seu impacto nas organizações estrangeiras que atuam ou pretendem atuar no Brasil, cabe avaliar a forma pela qual o Brasil é visto no exterior e o grau de exposição dos casos de corrupção na mídia internacional.

A mídia de notícias internacionais atua como primeiro vínculo

entre potenciais investidores ou *traders* e o país destino de seus interesses. Pela sua difusão e amplitude, é razoável assumir de que há uma significativa probabilidade de um estrangeiro que ainda não tenha qualquer relação comercial ou de investimentos com o Brasil forme as suas primeiras impressões sobre o país através de uma ferramenta de mídia internacional, notícias de economia e política publicadas em jornais, revistas, portais ou televisão.

O papel investigativo da mídia também é frequentemente abordado em estudos e é visto como fundamental na descoberta de ações de corrupção praticadas por organizações. Miller (2006) considera que a imprensa cumpre seu papel de duas formas, ao publicar informações de agentes intermediários (auditores, advogados e analistas) e quando executa ações de investigação e análise de ações suspeitas.

A pesquisa da exposição do Brasil no exterior, com um olhar para os casos de corrupção, justifica-se, portanto, pela importância em identificar de que forma o Brasil é divulgado pelas principais publicações ocidentais de notícias, quanto representa a participação dos casos de corrupção no total das notícias geradas sobre o país e, fundamentalmente, que impacto esta divulgação na mídia internacional sobre o Brasil poderá ter sobre as decisões de investimentos ou comércio de organizações estrangeiras junto ao mercado brasileiro. Ainda que os índices de percepção de corrupção publicados pela Transparência Internacional ou os Indicadores de Governança Global apresentados pelo Banco Mundial contribuam na formulação de

estratégias de organizações que buscam atuação em novos mercados, são as informações divulgadas pela mídia de notícias estrangeiras que trazem a primeira impressão sobre o Brasil para potenciais investidores ou interessados no mercado brasileiro.

Assim, com o objetivo de identificar a exposição que o Brasil tem na mídia internacional, concretamente em semanários de notícias considerados os mais relevantes na língua inglesa ou os de maior circulação nos países de língua alemã e francesa, nas quatro maiores economias ocidentais, assim como o vínculo que tais notícias possam ter em índices importantes para o desempenho da economia do Brasil, cabe pesquisar se a divulgação de notícias sobre o Brasil no exterior está alinhada com os temas em evidência no Brasil e quais consequências esta divulgação de corrupção pode exercer em índices econômicos do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Originado do verbo latim *rumpere* que significa romper ou quebrar e posteriormente acrescido do prefixo de intensidade *com-*, o verbo *corrumpere* carrega o significado de uma destruição completa, Ayto (1990). Esse foi o ancestral do termo corrupção utilizado na língua portuguesa e serviu também como origem das variantes nos diversos idiomas descendentes do latim como, por exemplo, *corruption* no idioma francês, *corrupción* em espanhol ou *corruzione* em italiano. Mesmo no grupo das chamadas línguas germânicas, a origem latina é perfeitamente identificável, onde a versão do idioma inglês *corruption* tenha possivelmente sido adotada do francês antigo. Na língua alemã a origem latina também é nítida através do uso da palavra *Korruption*.

2.1 CONCEITOS E FORMAS DE CORRUPÇÃO

Ao definir corrupção, Kurer (2005) aponta que “pela sua natureza, definições são descrições incompletas do fenômeno, consistindo necessariamente por uma seleção arbitrária de atributos escolhidos para definir seu caráter. O que é uma boa definição? Não pode ser ambígua: atributos devem estar bem definidos e constituir condição necessária e suficiente para a existência do fenômeno em questão.” Ainda de acordo com Kurer, pouco progresso foi alcançado desde as discussões inovadoras dos anos 50 e 60, quando três definições

emergiram, a definição subjetiva baseada na opinião pública e as duas objetivas fundamentadas nas funções formais dos órgãos públicos bem como do interesse público.

Há uma impossibilidade de conceituar corrupção de forma consensual, uma vez que o ato de corrupção e suas formas são interpretados de maneira distinta de acordo com a perspectiva pela qual são analisados. As conceituações a seguir baseiam-se, predominantemente, nas publicações da Organização das Nações Unidas, em pesquisadores atuantes ou citados pela Transparência Internacional, bem como na conceituação legal do ato.

A Organização das Nações Unidas, representada por sua divisão voltada ao combate de crimes e drogas, (UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime) desenvolveu uma série de procedimentos na luta contra a corrupção. Em dezembro de 2005 entra em vigor a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC - United Nations Convention against Corruption), o primeiro instrumento de combate à corrupção de caráter jurídico vinculativo e que insta aos países participantes a criação de estruturas legais e políticas em conformidade com padrões globalmente aceitos, um regime internacional para combater a corrupção de forma mais eficiente.

No prefácio da convenção, o então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan discorre sobre o problemático tema:

A corrupção é uma praga insidiosa que tem uma ampla gama de efeitos corrosivos nas sociedades

. Ela enfraquece a democracia e o Estado de Direito, conduz a violações dos direitos humanos, distorce mercados, corrói a qualidade de vida e permite o florescimento do crime organizado, do terrorismo e de outras ameaças à segurança humana. Este fenômeno maligno é encontrado em todos os países, grandes e pequenos, ricos e pobres – mas é nos países em desenvolvimento que seus efeitos são mais destrutivos. A corrupção prejudica os pobres de forma desproporcional por desviar recursos destinados ao desenvolvimento, minando a capacidade do governo em fornecer serviços básicos, alimentando a desigualdade e injustiça, e desencorajando a ajuda e o investimento externos. A corrupção é um elemento chave no desempenho econômico ruim e um grande obstáculo para o desenvolvimento e a diminuição da pobreza. (UNCAC, 2004, p. iii)

Limitações legais, criminológicas, políticas e mesmo culturais nos diversos países impedem que se produza uma definição compreensiva e universalmente aceita sobre o tema. Entretanto, muitas formas específicas de corrupção são claramente entendidas como tal e, portanto, sujeitas a definições legais e acadêmicas.

Em seu manual de medidas práticas anticorrupção destinado a promotores e investigadores (UNODC, 2004) a instituição define medidas, formas e tipos de corrupção, apresentados a seguir.

Grande Corrupção (Grand Corruption) é definida por ações que permeiam os mais altos níveis de um governo e engendram os maiores abusos de poder. A consequência é uma erosão do Estado de Direito, da estabilidade econômica e da boa governança. Em algumas

circunstâncias, esta condição é chamada de captura do Estado, quando interesses externos ilegalmente distorcem os níveis mais elevados de um sistema político para fins privados.

Pequena Corrupção (Petty Corruption), também conhecida por Corrupção Administrativa, envolve a troca de pequenas quantias de dinheiro pela concessão de favores. Estes, entretanto, podem gerar grandes perdas públicas, como por exemplo, no hipotético suborno de cem reais oferecido a um oficial aduaneiro para que não seja cobrado o imposto de importação de um bem que de outra forma seria altamente tributado.

Ainda de acordo com o manual (UNODC, 2004), é uso comum em discussões o uso das expressões de corrupção ativa e corrupção passiva. Corrupção ativa (também utilizado o termo suborno ativo) usualmente refere-se ao ato de oferecer ou pagar um suborno, enquanto que a corrupção passiva (ou suborno passivo) refere-se ao recebimento ou solicitação de suborno. Um ato corrupto pode iniciar-se sob quaisquer das duas definições, tanto por uma pessoa que oferece um suborno como pelo oficial que o solicita.

Na literatura econômica tampouco há um consenso sobre a definição de corrupção, distintas interpretações são apresentadas para diferentes aplicações. A definição clássica e concisa proposta por Kaufmann (1997, p. 114) apresenta corrupção como o “abuso da função pública para benefício próprio.”

Kaufmann (2011) postula ainda que a corrupção é uma

característica que pode ser alocada a qualquer agente público nela envolvido, tanto no papel de corruptor como de corrompido. É comumente aceito que aos agentes públicos é confiado o cargo com um único propósito, qual seja o de alocar bens ou benefícios para a população. O autor considera, portanto, que se um bem ou benefício alocado por um agente público não chega à população, trata-se de corrupção. Da mesma maneira, se um bem ou benefício é alocado a um agente público através do uso de sua própria posição, isto também é considerado como um ato corrupto.

Ainda segundo a interpretação do autor, há uma ênfase exagerada na exposição e discurso sobre o papel do setor público e seus agentes nos processos de corrupção. A corrupção é um fenômeno que envolve agentes públicos e outros cidadãos, a alocação de bens e benefícios públicos bem como a de outros bens e benefícios. Portanto, para o autor, a participação do setor privado na definição de corrupção é tão central quanto a do agente público.

Em sua análise sobre a complexidade do estudo da corrupção, Bohn (2012) aponta múltiplos desafios, entre eles, a dificuldade de definir corrupção, que às vezes implica delimitar as esferas da vida onde ocorre o ato corrupto. A autora divide as definições em maximalistas e minimalistas.

Ainda conforme a mesma autora, a vertente maximalista entende a corrupção como uma infração às regras, onde regra é um critério de comportamento que indica a maneira certa e errada de fazer

as coisas. Tal perspectiva alarga o âmbito de investigação de atos corruptos e suas consequências uma vez que deixa de considerar apenas o comportamento desonesto de agentes públicos e passa a incluir as ações de cidadãos na privacidade de suas vidas. Passar por um sinal vermelho quando não há automóveis por perto, utilizar-se de métodos ou ferramentas não autorizadas em algum exame ou usar o telefone celular de outrem sem seu consentimento seriam atos de corrupção sob este olhar. Obviamente, esta vertente cria uma série de dificuldades de mensuração, já que diversos tipos de comportamentos poderiam ser categorizados como corruptos. Além disso, tal amplitude da definição de corrupção teria uma limitada aplicabilidade transcultural, visto que os limites do ato seriam altamente dependentes do contexto no qual ele se desenvolve.

Bohn (2012) apresenta ainda a definição minimalista como o mau uso do poder público para a obtenção de recompensas pessoais. Este tipo de definição não é desprovido de limitações. Primeiro por agregar a uma única categoria fenômenos de diferentes escalas. Por exemplo, uma pequena propina dada a um agente para permitir acesso preferencial a um serviço público (uma consulta médica mais rápida) seria agrupada na mesma categoria de um esquema de desvios milionários do caixa de uma organização governamental. Segundo, pela dificuldade de mensurar tais atos. As pesquisas de opinião pública podem estimar, mesmo que de forma apenas aproximada, a frequência com a qual um indivíduo recorreu ao uso do suborno simplesmente

perguntando diretamente ao pesquisado. O caráter confidencial e a garantia de anonimato conduzem os entrevistados a se sentirem suficientemente seguros a confessar ocasionais deslizes de comportamento. Os atos de corrupção em grande escala são mais difíceis de identificar porque a gravidade de alguns crimes impedem os pesquisadores de incluir em seus questionários perguntas como “Você pratica extorsão?”. Além disso, a vertente minimalista excluiria o estudo da corrupção no setor privado. (Bohn, 2012)

Uma perspectiva jurídica interpreta a corrupção na esfera estatal como o uso ou a omissão, pelo agente público (GARCIA, 2008, p.2) “do poder que a lei lhe outorgou em busca da obtenção de uma vantagem indevida para si ou para terceiros, relegando a plano secundário os legítimos fins contemplados na norma. Desvio de poder e enriquecimento ilícito são elementos característicos da corrupção.”

O autor relaciona ainda a corrupção à improbidade administrativa, definindo a última como:

A Lei nº 8.429/92, regulamentando o art. 37, p 4º, da Constituição da República, considerou atos de improbidade as condutas praticadas por agente público, no exercício da função, que importem em enriquecimento ilícito, dano ao patrimônio público ou violação aos princípios regentes da atividade estatal. Praticando tais atos, de natureza cível e que serão apreciados por um órgão jurisdicional, estará o agente sujeito às sanções cominadas no art. 12 da denominada Lei da Improbidade: suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, perda dos bens

adquiridos ilicitamente, dever de reparar o dano, proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios e multa. (GARCIA, 2008, p. 2)

Ainda de acordo com o Garcia, no Brasil “a corrupção configura tão somente uma das faces do ato de improbidade, o qual possui um espectro de maior amplitude, englobando condutas que não poderiam ser facilmente enquadradas sob a epígrafe dos atos de corrupção.” O autor finaliza considerando que “improbidade e corrupção relacionam-se entre si como gênero e espécie, sendo esta absorvida por aquela.”

2.1.1 As formas de corrupção

A Organização das Nações Unidas, através do seu manual de práticas contra a corrupção (UNODC, 2004), aponta sete ações principais que se caracterizam como corruptoras, são elas: suborno, desfalque/roubo/fraude, extorsão, abuso da função, favorecimento/nepotismo, exploração de conflito de interesses e contribuições políticas impróprias. As definições apresentadas pelo manual concentram-se em exemplos vinculados ao setor público, mas não exclui o setor privado, uma vez que a obra apresenta a definição de corrupção atualmente em voga como (UNODC, 2004, p.23) “o mau uso de uma posição pública ou privada de forma direta ou indireta para o ganho pessoal”. Este conceito, portanto, alinha-se à versão maximalista apresentada por Bohn.

Esta particular forma de definição de corrupção foi adotada neste estudo em função da mesma opção exercida pela Controladoria Geral da União (CGU), que em 2009 firmou uma parceria com a UNODC e o Instituto Ethos com o “objetivo de promover boas práticas de governança no ambiente empresarial, além de fomentar a ética e a integridade no relacionamento entre os setores público e privado.”

2.1.1.1 Suborno

Suborno é, provavelmente, a forma mais comum de corrupção e trata (UNODC, 2004, p.24) “do ato de conferir um benefício de forma imprópria para influenciar uma ação ou decisão”. O benefício conferido por uma propina (instrumento do suborno) pode tomar formas variadas, dinheiro, participação empresarial, informações privilegiadas, favores sexuais, entretenimento, emprego ou a promessa de um benefício futuro, tal como uma pensão.

A maior parte das definições (de legislações nacionais e de instituições internacionais) procura criminalizar o suborno em todas as suas formas. Entretanto, algumas definições procuram limitar a criminalização a situações onde o recebedor é um agente público ou quando o interesse público é afetado. Alguns países entendem que o conceito de suborno não se aplica ao setor privado, entretanto, (UNODC, 2004, p.25) “o Artigo 21 da Convenção das Nações Unidas recomenda que os Estados devam criminalizar o suborno também no setor privado”.

Exemplos específicos de suborno são apresentados no Quadro 1.

Exemplos específicos de suborno conforme a classificação de UNODC	
Tipo de Suborno	Definição
Contra a lei	utiliza do para garantir que o pagador da propina ou alguém a ele vinculado receba um benefício ao qual ele não tenha direito
Junto à lei	utiliza do para garantir ou acelerar o recebimento de um benefício que o pagador da propina de fato teria direito
Presentes indevidos	comum em algumas culturas, agentes públicos recebem gorjetas, favores ou comissões em troca de seus serviços, violando o código de ética
Contorno à aplicação de impostos	oficiais públicos responsáveis pela coleta de impostos são solicitados a reduzir valores devidos ou ignorar evidências de evasão ou crimes similares
Como suporte de fraude	agentes públicos participam de abusos tais como a inclusão em lista de salários (ou pensões) de empregados não existentes (trabalhadores fantasmas)
Contorno à responsabilidade penal	policiais, promotores, juizes ou outros oficiais públicos deixam de investigar adequadamente atividades criminosas e, no caso de um processo criminal, que tenham um resultado favorável
Apoio na concorrência desleal	na elaboração de contratos de licitações, funcionários públicos ou privados favorecem de forma injustificada a empresa pagadora de propina
No setor privado	no setor financeiro, funcionários corruptos aprovam empréstimos que não alcançariam critérios mínimos de crédito e são casos certos de inadimplência, causando dano econômico generalizado a indivíduos, instituições e economias
Nas informações confidenciais ou privilegiadas	por motivações comerciais, funcionários dos setores público ou privado divulgam informações privilegiadas ou de dados pessoais de outra forma protegidos
Tráfico de influência	funcionários públicos, governamentais ou políticos vendem de forma ilícita o acesso que possuem aos tomadores de decisão. O tráfico de influência difere do legítimo apoio político ou lobbying

Quadro 1 - Tipos de Suborno

Fonte: Autor, adaptado do manual UNODC, 2013

2.1.1.2 Fraude, desfalque ou roubo

No contexto de corrupção, (UNODC, 2004, p.26) “tanto fraude como desfalque ou roubo referem-se ao furto por um indivíduo que se

aproveita de sua posição ou cargo.” No Brasil, o crime de fraude, desfalque ou roubo cometido especificamente por agentes públicos é considerado como peculato, tal como define o artigo 312 do Código Penal, (BRASIL, 1940) “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.”

Concretamente, (UNODC, 2004, p.26) “fraude envolve o uso de informações falsas ou enganosas com o objetivo de induzir terceiros a compartilhar sua propriedade de forma voluntária.” Por exemplo, um agente que desvia para uso próprio parte de um lote de alimentos destinado a ajuda humanitária, mas não é administrador desta ação, comete um roubo. Um agente que induz uma organização humanitária a fornecer ajuda em excesso por exagerar a quantidade de pessoas em necessidade, comete fraude.

O roubo em si vai muito além do escopo de qualquer definição de corrupção. No exemplo anterior, um passante ao apoderar-se de forma furtiva de mercadoria em um caminhão destinada a ajuda humanitária estaria cometendo roubo, em ação dificilmente qualificada como de corrupção. Por outro lado, entende-se por desfalque (UNODC, 2004,p.26) “essencialmente o roubo de uma propriedade por alguém ao qual esta foi confiada” e é universalmente considerada como um ato corrupto.

2.1.1.3 Extorsão

Enquanto a propina envolve o uso de pagamentos para incentivar positivamente uma ação, a extorsão baseia-se em coerção (por exemplo, a ameaça do uso de violência ou da divulgação de informações sensíveis) com o objetivo de induzir à cooperação. Os agentes públicos podem tanto cometer como serem vítimas de extorsão. Em alguns casos há uma fronteira tênue entre extorsão e propina e a diferença reside no nível de coerção envolvido. Por exemplo, um médico no serviço público pode exigir uma propina para atender a um paciente mais rapidamente do que implicaria os procedimentos normais. Se o caso a tratar é grave e implica em risco de vida, a cobrança indevida para o acesso acelerado à consulta médica caracteriza-se por extorsão.

2.1.1.4 Abuso da Função

A convenção das Nações Unidas contra a corrupção em seu artigo 19º defende a punição ao abuso de função como (UNODC, 2004, p.28) “um ato criminoso quando cometido intencionalmente por um oficial público no exercício de suas funções com o propósito de obter uma vantagem indevida para si ou para outra pessoa ou entidade”. Um oficial público pode, por exemplo, propor investimentos imobiliários públicos que irão aumentar o valor de seus próprios bens adjacentes.

Tais abusos são (UNODC, 2004, p.28) “frequentemente associados com burocracias onde há amplas prerrogativas individuais e

de fiscalização associadas a estruturas inadequadas de responsabilização.” Ainda, costumam prosperar onde as regras de tomadas de decisão são complexas a ponto de neutralizar a eficácia de quaisquer mecanismos de responsabilização. Diversas políticas anticorrupção envolvem uma reavaliação de todas as prerrogativas e suas limitações.

2.1.1.5 Favorecimento e Nepotismo

Por definição, (UNODC, 2004, p.28) “favorecimento, nepotismo ou clientelismo envolvem abusos de prerrogativas. Tais abusos nem sempre envolvem benefícios pessoais, mas promovem o benefício daqueles vinculados ao oficial, seja através de vínculo familiar, partido político, tribo ou grupo religioso.”

Um oficial corrupto que contrata um parente (nepotismo) não é movido pelo uso de propina, mas de um benefício menos tangível de beneficiar os interesses de terceiros vinculados ao oficial. O favorecimento ilegal (ou discriminação contra) indivíduos pode dar-se com base em uma ampla gama de características, tais como raça, religião, fatores geográficos, política ou outras afiliações, assim como em relações organizacionais ou pessoais, tal como amizade ou participação em clubes ou associações.

2.1.1.6 Criar ou explorar Conflito de Interesses

Em seu guia de políticas anticorrupção, a Organização das

Nações Unidas sintetizam que (UNODC, 2003, p.33) “as formas mais comuns de corrupção envolvem a criação ou exploração de algum conflito de interesses entre as responsabilidades profissionais de um indivíduo corrupto e seus interesses privados.” A publicação caracteriza o conflito de duas formas, o conflito já existente e o conflito criado pela propina, quando exemplifica que (UNODC, 2003, p.33) “a maior parte dos casos de desfalque, roubo ou fraude envolvem um indivíduo cedendo à tentação e tirando vantagem de um conflito de interesses já existente.” Por outro lado, a aceitação de propina cria um conflito de interesses, até então não existente.

2.1.1.7 Contribuições Políticas Impróprias

É muito difícil distinguir uma contribuição legítima a uma organização política de outra feita para influenciar o beneficiário da contribuição de forma ilícita. Uma doação (UNODC, 2003, p.34) “feita em apoio ao partido e com o fim de aumentar as chances do partido vencer uma eleição não é uma ação corrupta” enquanto que “uma doação destinada a apoiar o partido e, caso vença, “este favoreça os interesses do doador em detrimento dos interesses públicos equivale ao pagamento de uma propina.”

Na prática, (UNODC, 2004, p.29) “a regulamentação do financiamento dos partidos políticos na maior parte das democracias, tem sido muito difícil, mesmo naquelas que optam por financiamento público de campanhas.” Como alternativa na busca da transparência,

sugere-se (UNODC, 2003 p.34) “ a introdução de medidas que exijam a divulgação das contribuições, garantindo assim que tanto doador como beneficiário sejam politicamente responsáveis.”

2.2 CORRUPÇÃO E O AMBIENTE INTERNACIONAL

De acordo com estudo desenvolvido por Wei (2000) que trata do efeito da corrupção no volume de investimento externo direto recebido por um país, o nível de corrupção no país de destino tem função significativa no volume de investimentos recebidos do exterior. O aumento dos impostos incidentes em empresas multinacionais ou do nível de corrupção no país de destino diminui o ingresso de investimento estrangeiro direto. Em uma estimativa referencial na qual considera-se que em dado país o nível de corrupção aumente daquele estimado para Cingapura para o nível de corrupção encontrado no México, a queda do volume de investimento estrangeiro direto seria similar à redução do investimento no caso de um aumento em cinquenta por cento no imposto aplicado sobre os investimentos estrangeiros no país de destino.

Javorcik e Wei (2009) aprofundam a análise da corrupção em investimentos estrangeiros em mercado emergentes, e concluem que a corrupção não apenas reduz o volume de investimentos externos diretos, mas altera a estrutura de tais investimentos, favorecendo a criação de *joint-ventures*. O aumento do valor e procura por um parceiro local

tende a diminuir as dificuldades impostas por labirintos burocráticos encontrados em países emergentes.

Bellos e Subasat (2011) avaliam a relação entre corrupção e investimento externo direto a partir do modelo de painel gravitacional, ferramenta utilizada com frequência nos estudos de fluxo de comércio entre países e na pesquisa de fluxos de investimento estrangeiro direto. Este modelo tem tido sucesso em medir de forma empírica o potencial de comércio e de investimento entre dois países e seus componentes principais avaliam o tamanho relativo de cada economia e a distância geográfica entre seus principais centros econômicos. Dadas estas variáveis gravitacionais, pode-se estimar o potencial entre dois países em estudo. Outras variáveis podem ser adicionadas ao modelo e seu impacto estimado no comportamento do comércio ou investimento. Após investigação da relação entre corrupção e volume de investimento externo direto em quinze países emergentes, todos localizados no continente europeu, ao longo de um período de dezesseis anos (entre 1990 e 2005) e com o auxílio do modelo de painel gravitacional, os autores chegam à conclusão de que um (corrupção) não detém o outro (investimento estrangeiro direto). Os próprios autores consideram o resultado surpreendente e sugerem, em estudo posterior mais aprofundado, uma investigação detalhada do processo.

Não limita-se apenas aos investimentos externos o impacto da corrupção no cenário global. Também o comércio internacional sofre com a influência do comportamento inadequado e esta relação, no caso

brasileiro - originalmente uma fonte de matéria prima para a coroa portuguesa – é de longa data. Conforme a historiadora Denise Moura (2012), a corrupção no Brasil não é recente e chegou junto com as caravelas portuguesas. Ainda conforme a historiadora, “Quando Portugal começou a colonização, a coroa não queria abrir mão do Brasil, mas também não estava disposta a viver aqui. Então, delegou a outras pessoas a função de ocupar a terra e de organizar as instituições aqui.” Assim, do outro lado do Atlântico, criou-se um clima propício à corrupção, onde o poder e a pessoa eram visto como uma coisa só.

De Jong e Bogmans (2011) questionam de que forma a corrupção desencoraja o comércio internacional a partir de uma comparação dos seus efeitos no cenário global com os efeitos da corrupção de forma geral. Os autores diferenciam a forma de corrupção em economias eminentemente exportadoras daquelas onde a importação tem um papel mais relevante. De uma forma geral, a corrupção emperra o comércio global enquanto, simultaneamente, o pagamento de propinas a oficiais alfandegários incrementa ou facilita as importações, efeito este mais robusto em países com o sistema alfandegário ineficiente. Enquanto está claro que o longo tempo de espera de mercadoria em fronteiras reduz de forma significativa o comércio entre nações, os efeitos da imprevisibilidade da corrupção e das políticas de comércio são inconclusivos.

Thede e Gustafson (2012) avaliam o impacto da corrupção no comércio internacional. No estudo desenvolvido através de uma

perspectiva europeia, os autores identificam canais através dos quais a corrupção afeta o comércio e procuram construir ferramentas que possam combater a corrupção. O papel da corrupção como um obstáculo para a integração comercial está alinhado ao incentivo da União Europeia em combatê-la nos seus sócios e é posicionado à frente das negociações da agenda facilitadora do comércio da Organização Mundial do Comércio – OMC. A dupla de pesquisadores conclui que as funções usuais de corrupção representam um custo adicional de transações e reduzem o comércio internacional enquanto as funções restritivas favorecem o comércio (importação) por favorecer particularmente a determinados importadores em detrimento de outros. Conclui o estudo de forma inequívoca que alguns indivíduos ou organizações podem beneficiar-se de comportamento corrupto, mas há poucas evidências que a corrupção possa, na prática, favorecer a atividade econômica.

Shirazi (2011) apresenta o impacto da corrupção no comércio internacional a partir de uma perspectiva diferente dos autores anteriores. O seu artigo inicia por afirmar o vínculo entre as percepções de corrupção e da facilidade de fazer negócios através de fronteiras em países emergentes. Uma vez estabelecido este vínculo, o autor conduz uma análise comparativa entre os países considerados emergentes a partir da percepção da corrupção e facilidade de concretizar comércio internacional e a análise dos níveis de comércio internacional per capita para cada mercado. A partir dos resultados desta comparação, o artigo identifica os países que teriam o maior ganho potencial no combate à

corrupção e quantifica o possível impacto no nível de exportações e importações a partir da melhora dos índices de percepção de corrupção. O autor conclui que existe, em cada país, uma clara correlação entre a percepção de corrupção e níveis de comércio internacional. Os países onde a percepção de corrupção é alta são também, de forma geral, percebidos como os mais complexos em termos de facilidade de comércio internacional. Para certos países, tais como Rússia, Ucrânia e Egito, uma redução significativa no nível de percepção de corrupção poderia trazer resultados mais favoráveis para o comércio internacional do que ações voltadas para uma melhor adequação na legislação laboral, redução da carga tributária e mesmo através de medidas de controle da taxa de câmbio.

A relevância do *paper* produzido por Zelekha e Sharabi (2012) está na tentativa de examinar o impacto da corrupção no comércio internacional de um país cujo índice de percepção de corrupção tenha variado significativamente ao longo de um determinado período. A escolha recaiu em Israel principalmente pela grande variação de seu índice de percepção de corrupção ao longo da última década. A posição do país no índice produzido pela Transparência Internacional em 2008 era de 33º colocado, tendo caído da 14ª posição no ano de 1995. Os resultados da pesquisa poderão servir como base para a comparação de estudos similares de outros países ocidentais e suportam a hipótese de que o efeito da corrupção no comércio internacional de qualquer país é significativo, estável e negativo. Israel é um pequeno país que apresenta

um alto índice de comércio internacional quando comparado com o tamanho de sua economia. Produtos com alto valor agregado e de tecnologia avançada representam aproximadamente a metade de suas exportações e ao redor de oitenta por cento das exportações de manufaturados. Em função de sua situação política na região, o país não mantém relações diplomáticas ou comerciais com a maior parte de seus vizinhos ao passo que firmou acordos comerciais com três dos maiores blocos econômicos mundiais, a União Europeia, NAFTA e o Mercosul. Enquanto a maior parte das exportações do país originam-se do setor de alta tecnologia, os mercados de seus países vizinhos são pouco desenvolvidos e possuem baixa renda per capita. Esses padrões explicam as dificuldades encontradas por exportadores israelenses em relação aos seus mercados mais próximos. Dentro deste contexto, ganham relevância as variáveis que representam custos informais ou de transações não observáveis. Estas incluem, particularmente, a criação de relações comerciais, o acesso e pesquisa de informações sobre o comércio internacional bem como a assinatura e cumprimento de contratos, todas transações potencialmente afetadas pela corrupção. A pesquisa do efeito da corrupção no comércio internacional de Israel teve como resultado que o efeito da corrupção sobre o comércio internacional de um dado país não se altera necessariamente de forma significativa em relação com seu próprio grau de percepção de corrupção, mas correlaciona-se de forma mais clara com o nível absoluto de corrupção da organização parceira no exterior.

O quadro 2 resume as contribuições dos autores apresentadas neste tópico e que tratam da corrupção no ambiente internacional.

Corrupção e o ambiente internacional	
Autor	Contribuição
Wei (2000)	corrupção influi significativamente no IDE. Aumento de impostos e índice elevado de corrupção diminui o ingresso de investimento externo. Propõe estimativa referencial entre aumento de corrupção e aumento de impostos sobre IDE
Javorcik & Wei (2009)	corrupção reduz o volume do IDE e altera a estrutura destes investimentos, favorecendo Joint Ventures. Parceiros locais tendem a diminuir dificuldades impostas pela burocracia em países emergentes
Bellos & Subasat (2011)	utilizam o modelo de painel gravitacional e concluem que em quinze países emergentes e europeus a corrupção não detém o IDE. Autores consideram resultado surpreendente
Jong & Bogmans (2011)	avaliam o impacto da corrupção no comércio internacional e concluem que facilita a importação através do pagamento de propina a oficiais alfandegários
Shirazi (2011)	estuda a correlação de percepção de corrupção e níveis de comércio internacional. Conclui que em alguns países, a queda de percepção de corrupção traria melhores resultados que ações legais favorecendo o comércio internacional
Thebe & Gustafson (2012)	no comércio internacional, circunstancialmente, algumas organizações beneficiam-se da corrupção mas conclui que há poucas evidências que a corrupção possa, na prática, favorecer a atividade econômica
Zelekha & Sharabi (2012)	Tomando Israel como base de estudo, conclui que a redução de percepção de corrupção favorece o comércio internacional

Quadro 2 - Corrupção e o ambiente internacional

Fonte: Autor, 2013

2.3 A PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO

Conforme Abramo (2005), o Índice de Percepção de Corrupção desenvolvido pela Transparência Internacional é alvo de crítica e desconfiança por diversos observadores. Quatro são as suas objeções sobre o índice e seus métodos. A primeira é que as opiniões podem não ser independentes, ou seja, um entrevistado pode opinar sobre um determinado país sem jamais ter tido uma experiência concreta com

aquele ambiente, e simplesmente repetir a sua própria percepção baseada em opiniões de terceiros. A segunda crítica refere-se ao grau de confiança do resultado. Os países são classificados com notas que variam em uma escala de 0 a 10 e o intervalo de confiança médio dos 146 países pesquisados é de 0,92 – equivalente a 9,2% da escala. A terceira objeção refere-se à forma da movimentação dos países na classificação apresentada anualmente. De um ano para o outro, um país pode não ter alterada a sua percepção de corrupção e mesmo assim mudar sua posição na lista, já que o resultado será relativo às outras nações participantes do estudo. Isso dará a falsa impressão de melhora (ou piora) da corrupção no país, quando de fato foram outros países que mudaram para pior (ou melhor). Como última objeção, Abramo (2005, p.35) alerta que “esse tipo de *ranking* não dá nenhuma ideia a respeito da integridade das instituições dos países e, muito menos, de sua evolução ao longo do tempo. No caso específico da TI, sua própria construção impede que haja mobilidade na escala.”

Bohn (2012) aponta que a pesquisa de percepção de corrupção e sua relação com alguma experiência com ato corrupto é complicada. Primeiro pela interpretação do que é exatamente um ato corrupto, que pode variar de indivíduo para indivíduo. Segundo, dentro de determinados níveis da sociedade, a percepção de corrupção pode ser amortecida ou ampliada sem necessariamente haver um vínculo com o ato corrupto. Não menos importante é o papel da mídia em transformar um episódio de corrupção em um escândalo de relevância nacional.

Ainda de acordo com Bohn (2012), enquanto os níveis de corrupção tendem a decrescer à medida que os direitos e liberdades em democracias representativas se consolidam, há indícios que casos de corrupção tendem a aumentar no momento em que regimes democráticos são instalados e começam a funcionar. Apenas quando as garantias constitucionais de *accountability* e transparência passam a ser ostensivamente adotados é que haverá um declínio progressivo da corrupção. No contexto específico da América Latina e Caribe, onde há vários casos de países cuja transição para regimes democráticos é recente, a liberalização política parece não ter reduzido ainda a corrupção de forma significativa. Assim, há uma quantidade grande de fatores que formam a percepção de corrupção. Entre eles se destacam o nível de partidarismo, atos institucionais, a natureza da competição entre as elites políticas, o papel da mídia e as oportunidades oferecidas pela estrutura societária através de suas fragilidades. Abramo (2005) compartilha a posição de Bohn quanto ao papel da mídia.

Uma objeção que frequentemente se formula – em especial por governos – é que a opinião das pessoas é demasiadamente influenciada pelo noticiário. Assim, se os veículos de informação divulgam casos de corrupção, as pessoas comuns tenderiam a considerar que a corrupção está aumentando – quando, muitas vezes, o aumento do noticiário pode significar não isso, mas um melhor funcionamento dos mecanismos de controle. (Abramo, 2005, p.33)

Concretamente em relação ao ambiente brasileiro, Abramo

(2005, p. 36) indica uma preocupação que trata da pesquisa no país, onde quase toda pesquisa produzida indica que a corrupção está piorando: “Tomando-se uma série histórica de tais elementos e considerando apenas tais opiniões, é-se forçado a concluir que o Brasil tem piorado tanto que a esta altura já teria sido integralmente tomado por quadrilhas. Obviamente, isso não é plausível.”

O mesmo autor indica que é fundamental entender como se relacionam as experiências concretas das pessoas com suas opiniões ao apresentar o resultado de seu *working paper*. As principais conclusões são apresentadas no quadro 2.

Em uma investigação quantitativa de âmbito internacional, Power e González (2003, p.51) procuram estabelecer uma relação entre a cultura política, capital social e sua relação sobre corrupção. Ao longo da década de 1990, pesquisadores procuraram estabelecer uma conexão entre a cultura política e o desempenho das instituições governamentais. Partindo do princípio que tal relação exista e seja causal, deveria ser possível identificar fatores culturais associados à corrupção. A partir de métodos quantitativos, os autores desenvolveram modelos multivariados com o objetivo de medir o efeito de fatores culturais “tais como tradição religiosa, confiança interpessoal e obediência às leis – sobre o nível de corrupção em vários países, usando a avaliação reputacional da organização não governamental Transparência Internacional como a variável independente.” O estudo indica que o nível de corrupção em um determinado país resulta do tipo de regime político bem como do

desenvolvimento econômico alcançado. Contribuem também para o resultado dos modelos aplicados algumas características culturais. Esses autores, assim como Abramo (2005), enfatizam a limitação do Índice de Percepções de Corrupção produzido pela Transparência Internacional, por tratar-se de um índice que mede uma reputação e não uma ferramenta empírica que avalia e quantifica casos concretos de corrupção.

Melgar, Rossi e Smith (2009) avaliam as características individuais que influenciam a percepção de corrupção, em estudo que trata da influência do gênero, idade, educação, renda, e religião.

O quadro 3 apresenta as contribuições ao tema da percepção de corrupção pelos autores apresentados.

Percepção de corrupção	
Autor	Contribuição
Power & González (2003)	estabelecem relação entre cultura política e capital social com a corrupção, concluem que o nível de corrupção resulta do tipo do regime político e do desenvolvimento econômico alcançado
Moser (2005)	não há correlação entre experiências com propina e opiniões sobre corrupção opiniões sobre corrupção parecem ser aleatórias em relação a experiências contrastando, opiniões mostram-se coerentes entre si maior correlação entre incidência e efeito da corrupção quanto maior renda Barômetro alta correlação entre opiniões e temas desemprego, custo de vida
Melgar, Rossi & Smith (2009)	avaliam características individuais que influenciam a percepção de corrupção, tais como gênero, idade, educação e atividade
Bohn (2012)	Apenas quando a accountability e transparência são ostensivamente adotados é que haverá um declínio progressivo da corrupção, no contexto da América Latina, a liberalização política parece não ter reduzido ainda a corrupção de forma significativa

Quadro 3 - Percepção de Corrupção

Fonte: Autor, 2013

2.4 MÍDIA E A CORRUPÇÃO

É comum artigos científicos retratarem o papel positivo desempenhado pela mídia no controle ou exposição de casos de corrupção e fraude. Miller (2006) desenvolve um artigo que trata especificamente do papel da imprensa como um guardião contra a fraude contábil. Camaj (2012) trata do papel da mídia no combate à corrupção.

Em situações circunstanciais, entretanto, o papel da mídia como o espelho das preocupações da sociedade ou defensor de seus interesses pode ser prejudicado. Concretamente, nas manifestações públicas ocorridas em junho de 2013 no Brasil, o papel da mídia foi contestado por alguns segmentos, mesmo que temporariamente. O Centro Knight (2013) para o Jornalismo nas Américas da Universidade do Texas é um programa de extensão e capacitação para jornalistas na América latina e Caribe e ajudou a criar uma nova geração de organizações jornalísticas independentes. Em seu portal, publicou em julho uma análise sobre a qualidade da cobertura dos protestos no Brasil pela grande mídia e reportou que “a cobertura da mídia de massa foi recebida de formas tão múltiplas quanto eram as pautas dos manifestantes. Além de observadora e participante, a imprensa foi também alvo de protestos, acusada de manipulação por muitos.” De acordo com Pedro Alkman, em declaração no mesmo portal, “as pessoas iam para a rua e viam uma coisa, depois voltavam para casa e viam outra na cobertura da imprensa.

Começaram a perceber que a mídia tradicional manobrava suas posições de acordo com seus interesses, de forma mais ou menos velada.” Através desta dissonância entre o ocorrido e o relatado, as pessoas não mais se veem ali, por meio de informações tão editorializadas dos veículos de comunicação em massa. Entretanto, tal comportamento da mídia por ser atribuído mais a uma falha na identificação do caráter das manifestações do que em um ato proposital de mascarar a realidade. Este comportamento é suportado pelas manchetes de capa do Estado de São Paulo, que no dia 13 de junho de 2013 anunciava que “Governo de SP diz que será mais duro contra o vandalismo” e no dia seguinte, após absurda repressão policial, a primeira página do jornal estampava “Polícia age com violência a protesto e SP vive noite de caos”. Para o diretor da sucursal do Estado de São Paulo no Rio de Janeiro, a guinada editorial após a consolidação do movimento revela honestidade dos veículos. Conforme Marcelo Beraba: “Qual o problema em mudar de ideia? Se em algum momento do início dessa mobilização havia uma observação negativa das manifestações, em função de desconhecimento, e depois se percebeu que aquilo tinha outra magnitude, é uma postura honesta”.

Miller (2006) investiga o papel de monitoramento da imprensa sobre a fraude contábil e estuda a cobertura jornalística em empresas envolvidas nestes atos. Mais especificamente, a sua análise examina se a imprensa se envolve no início do processo da identificação pública dos atos suspeitos e se este envolvimento é baseado em uma análise original

ou se simplesmente reproduz o conteúdo da informação publicada previamente por outra fonte. Ainda conforme Miller (2006, p.1029): “a imprensa está envolvida no início do processo de identificação pública em 29% dos casos. Muitos artigos retransmitem alegações feitas por outros intermediários de informações, mas há um número substancial de artigos baseados na análise da imprensa.” De acordo com o autor, a imprensa exerce um duplo papel, o de análise e o de divulgação. Ele constata ainda que as publicações e os autores que se especializam em informações sobre empresas são aqueles que mais provavelmente produzirão artigos baseados em uma análise do jornalista, enquanto que a imprensa mais ampla quase que exclusivamente reproduz as informações publicadas previamente em outros intermediários.

O mesmo estudo conclui ainda que cobertura da imprensa apresenta sistematicamente desvios quanto à análise de empresas e fraudes. Estes desvios, entretanto, são consistentes com o balanço a ser alcançado entre o custo de identificação das fraudes e os benefícios de apresentar artigos de interesse para um amplo segmento de leitores. Consistente com este modelo de custo e benefício, o Miller (2006, p.1030) entende que é mais provável que “a imprensa produza um artigo quando a fraude envolve um número grande de pessoas que possam fornecer informações, consistente, portanto, com um maior potencial de informações vazadas e um custo menor de análise.” Além disso, a imprensa apresenta a tendência de publicar artigos sobre fraudes de grande porte, já que a natureza e porte destes atos provavelmente irá

capturar a atenção de seus leitores. O estudo indica ainda que a imprensa tende a dar mais atenção quando há uma declaração pública enganosa, atraindo a atenção no início do processo e, portanto, reduzindo custos; ou ainda quando há uma apropriação indevida de fundos por parte da administração da organização.

Outro estudo relacionado ao tema foi desenvolvido por Camaj (2012), que trata do papel da mídia no combate à corrupção e seus efeitos na *accountability* governamental. O estudo avalia a relação entre a liberdade da mídia e a corrupção, considerando elementos da chamada *accountability* vertical (competitividade eleitoral, sociedade civil e participação de eleitores) e da *accountability* horizontal (independência do judiciário e sistema político). A variável de maior interesse no estudo, a liberdade da mídia, resultou com sinal negativo, ou seja, quanto maior a liberdade de mídia, menor a corrupção. Dos elementos verticais, apenas a participação dos eleitores apresentou um resultado estatisticamente significativo, indicando que uma maior participação de eleitores produz um menor nível de corrupção. Tanto a sociedade civil como a competitividade eleitoral não geraram resultados estatisticamente significativos. Na análise dos elementos horizontais, os resultados apresentados indicam que tanto a independência do judiciário como o sistema político são positivamente associados ao nível de corrupção. O estudo conclui que as evidências empíricas sugerem uma forte associação inversa entre a liberdade de mídia e a corrupção, ou seja, quanto maior a liberdade de mídia, menor a corrupção. Essa

associação entre liberdade de mídia e corrupção foi constatada em todos os 133 países avaliados. O estudo corrobora ainda pesquisas anteriores que sugerem que países que alcançam maior grau de liberdade de mídia e participação dos eleitores tendem a ter seu índice de corrupção diminuído.

O quadro 4 sintetiza as propostas apresentadas neste tópico.

Mídia e a corrupção	
Autor	Contribuição
Centro Knight (2013)	cobertura dos protestos no Brasil (junho 2013) pela mídia de massa foi recebida de formas tão múltiplas quanto eram as pautas dos manifestantes; além de observadora e participante, a imprensa foi alvo de protestos; manifestantes perceberam que a mídia tradicional manobrava suas posições de acordo com seus interesses
Miller (2006)	imprensa está envolvida no início do processo de identificação pública em 29% dos casos; há um número substancial de artigos baseados na análise da imprensa; mais provável que a imprensa produza um artigo quando a fraude envolve um número grande de pessoas ou sobre fraudes de grande porte
Camaj (2012)	quanto maior a liberdade da mídia menor será a corrupção, uma maior participação de eleitores produz um menor nível de corrupção; as evidências empíricas sugerem que uma forte associação inversa entre liberdade de imprensa e a corrupção

Quadro 4 - Mídia e Corrupção

Fonte: Autor, 2013

3 MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa é desenvolvida a partir de uma revisão de literatura que trata de conceitos de corrupção e fraude, órgãos ou agentes relacionados ao tema bem como o papel da mídia como agente de divulgação e controle destas práticas criminosas. A metodologia passa pela definição dos veículos de comunicação a serem avaliados bem como os critérios adotados para a sua análise.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Adotou-se a análise de conteúdo como tipo de pesquisa. Conforme Lakatos e Marconi (2011), a análise de conteúdo é um método apropriado quando o fenômeno a ser observado é a comunicação e não um comportamento ou objetos físicos. Ainda de acordo com o autor, o método permite tanto a observação como a análise. A unidade da análise pode consistir em palavras, caracteres, temas, medida de espaço ou tempo, ou mesmo tópicos. Uma vez determinadas as categorias analíticas para a classificação das unidades, a comunicação é decomposta de acordo com regras prescritas.

Os instrumentos de comunicação observados no exterior foram as edições impressas de revistas semanais publicadas nas quatro maiores economias ocidentais, nomeadamente Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França. A pesquisa às edições impressas, entretanto, deu-se através de consulta às *websites* de cada revista ou portal, que apontam

especificamente os artigos publicados nas edições impressas.

No Brasil, a aferição das notícias sobre corrupção foi feita através da pesquisa ao acervo digital da revista de maior circulação no país.

A escolha pela edição impressa em detrimento da edição *online* deu-se em função de uma padronização da base de pesquisa. A possibilidade e facilidade de inclusão de artigos e colunas exclusivamente na versão *online*, bem como blogues e outras ferramentas disponíveis no espaço virtual fazem com que o volume de informação disponível nesta forma possa variar de maneira significativa ao longo do tempo. As versões impressas, por não disporem da versatilidade da versão *online*, mantêm relativamente constante o volume de notícias publicadas nas páginas de suas edições.

A opção por revistas semanais, e não por outras publicações com frequência diária tais como os jornais, foi escolhida por conter uma base menor de dados pesquisáveis (editoriais, artigos e reportagens) e viabilizar a pesquisa pelo período de tempo considerado adequado ao estudo, ou seja, os onze anos compreendidos desde a exposição do Brasil no exterior como país emergente e participante dos BRICs. Coincidentemente, o período desenvolve-se simultaneamente ao governo federal sendo exercido pelo mesmo partido político.

A definição dos títulos das revistas a serem analisadas baseou-se em dois critérios, um excludente, que inclui apenas as revistas dedicadas à divulgação de notícias de política e economia, nacional e

internacional. O segundo critério, classificatório, identificou as revistas com a maior circulação nos países estudados. Assim como no Brasil, em cada uma das quatro maiores economias do ocidente foi pesquisada a circulação de revistas de notícias e escolhida aquela com a maior circulação.

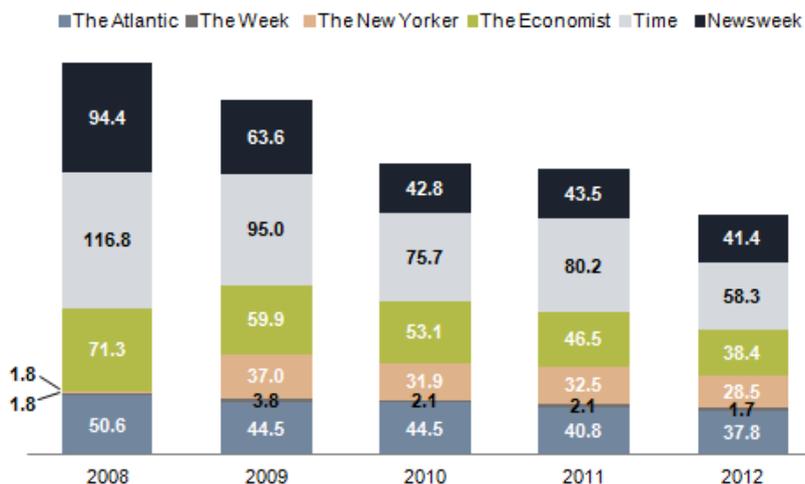
O Instituto Verificador de Circulação (IVC) tem como uma das atividades principais a verificação técnica e auditoria de informações utilizadas para a comercialização de espaço publicitário. O instituto, que audita a circulação das principais publicações no Brasil e aponta a revista *Veja* (atualidades) como revista de maior circulação no país.

O Pew Research Center é um *fact tank* que publica assuntos, atitudes e tendências que afetam o mundo. O centro conduz pesquisas de opinião pública, pesquisas demográficas, análise de conteúdo de mídia e outras pesquisas empíricas nas ciências sociais. A organização é apolítica. Anualmente a Pew Research Center publica um relatório sobre o estado da mídia de notícias, *The State of the News Media*, uma análise sobre distintas variáveis em publicações em língua inglesa. O relatório de 2013, referente a 2012, apresenta o comportamento da quantidade de unidades vendidas das seis principais publicações sobre notícias em língua inglesa. O relatório considera que a quantidade vendida individualmente de cada revista é o melhor indicador de desempenho do título uma vez que as editoras podem distorcer o resultado das vendas através de grandes descontos para seus assinantes. Por esta razão, o resultado das vendas nas bancas é visto como um melhor indicador da

vitalidade tanto do segmento como de cada publicação. O gráfico a seguir ilustra o resultado das vendas individuais de cada título ao longo dos cinco últimos anos. A revista Time lidera o *ranking*, seguida pela Newsweek, ambas produzidas nos Estados Unidos. A terceira posição é ocupada pela britânica The Economist. Seguindo os critérios adotados por esta pesquisa que considera apenas revistas que tratam de notícias e, entre elas, adota a que alcança a maior circulação, o semanário Time é a revista analisada nos Estados Unidos enquanto na Inglaterra a escolha recai sobre a The Economist.

Gráfico 3 - Circulação de revistas semanais, vendas individuais

Circulação média ao longo do tempo por exemplar vendido, em 1.000



Fonte: Pew Research Center (2013)

A queda de unidades vendidas individualmente em bancas nos últimos anos poderia levantar dúvidas quanto ao acerto na escolha desta forma de exposição de notícias sobre o Brasil e a corrupção. O objetivo da escolha, entretanto, foi o de limitar o banco de dados disponíveis para a pesquisa e posterior análise. Para efeito da presente pesquisa é irrelevante se o leitor da publicação acessou as notícias através de um portal ou o tenha feito pela leitura da revista adquirida em banca.

Na Alemanha, o órgão responsável pela aferição, publicação e controle da circulação de jornais, revistas e demais meios de comunicação chama-se Informationsgemeinschaft zur Feststellung der Verbreitung von Werbeträgern e.V. – ou IVW. A entidade, criada em 1949, atua na quantificação dos meios de difusão de publicidade e propaganda. A instituição publica os resultados de suas pesquisas de circulação a cada trimestre. No mesmo país, o portal Meedia é uma organização que, entre outras atividades, compila dados pesquisados pela IVW e constrói um *ranking* de revistas classificado de acordo com sua circulação. No ano de 2012, três revistas semanais de notícias sobre economia e política compunham a lista produzida pela Meedia das cem maiores publicações, ou TOP 100 Zeitschriften. Dentre elas, a Der Spiegel obteve a primeira posição, seguida dos semanários Stern e Focus.

Tabela 3 - Circulação paga de revistas alemãs em 2012

Revista	Circulação
Der Spiegel	329.154
Stern	255.586
Focus	114.875

Fonte: Adaptado de Top 100 Zeitschriften, 2013

A Association pour le Contrôle de la Diffusion des Médias – OJD (originalmente Office de Justification des Tirages) tem como missão, na França, certificar a difusão e distribuição de jornais, periódicos e todos os outros canais de suporte à publicidade e propaganda. Os dados da OJD servem, portanto, como base de referência para os poderes públicos, a administração, os tribunais e a todos que de alguma maneira necessitam conhecer com precisão a difusão de certos meios de comunicação. Anualmente a entidade publica o Observatoire de la Presse, um relatório que apresenta um panorama de diversos segmentos da mídia impressa francesa a partir da análise de difusão de mais de mil títulos publicados naquele país. Na classificação do segmento de notícias impressas não diárias de amplitude nacional – Presse News, o resultado da pesquisa publicada em março de 2013 referente aos dados do ano anterior aponta 5 títulos e classifica o semanário Le Nouvel Observateur na primeira posição em difusão no país.

Tabela 4 - Circulação paga de revistas francesas em 2012

Revista	Circulação
Le Nouvel Observateur	502.348
L'Express	433.031
Le Point	412.278
Marianne	236.111
Courrier International	182.237

Fonte : Adaptado de Observatoire de la Presse, 2013

3.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram pesquisados a partir do acesso a portais que permitam a classificação cronológica de artigos e textos publicados por cada um dos quatro títulos estrangeiros escolhidos e da revista Veja. Para aquelas publicações cujo portal não permita a consulta simultânea de conteúdo e data de publicação, o uso de banco de dados alternativos foi adotado. O portal da revista britânica The Economist, por exemplo, não permite a busca de um assunto limitado a um determinado intervalo temporal. O portal de periódicos da Capes, por outro lado, além de incluir os artigos desta publicação disponibiliza a ferramenta de classificação cronológica. O portal da alemã Der Spiegel permite acesso amplo e gratuito a todas as edições físicas da revista, com busca cronológica e disponibilidade do texto no formato PDF. A francesa Le Nouvel Observateur permite acesso cronológico aos artigos da edição impressa, com consulta gratuita ao título do artigo e primeiras palavras,

cobrando individualmente para cada texto acessado. A norte americana Time permite acesso ao título e primeiras palavras dos artigos da edição impressa e oferece busca cronológica, exige assinatura para consulta do texto integral. Algumas revistas apresentam o resumo das notícias da semana, com artigos muito breves sobre temas diversos. Foram ignoradas, por serem muito curtas, as notícias publicadas nas colunas The World This Week na revista The Economist, World na revista Time e notícias com menos de 150 palavras na Der Spiegel e Le Nouvel Observateur.

A análise da revista Veja é limitada às reportagens de capa do semanário. A busca é possível pelo acesso ao portal da revista, que disponibiliza de forma digital e completa todas as edições desde o seu lançamento.

Como critério de busca de artigos nas revistas estrangeiras foi utilizada a palavra Brasil em cada um dos três idiomas, em qualquer local do artigo, ou seja, não limitado ao título e subtítulo. Foram considerados todos os artigos em que o Brasil apareça no título ou subtítulo. Para os artigos nos quais a referência ao Brasil conste apenas ao longo do texto, a filtragem para a inclusão ou não do mesmo na base de dados foi feita através de uma análise de conteúdo. Resulta desta análise a inclusão de artigos nos quais o Brasil, através de seus cidadãos, empresas e entidades, públicas ou privadas, seja o sujeito do ato de corrupção, passivo ou ativo, ou quando o artigo trate de alguma consequência ou movimento gerado por atos de corrupção. Exemplo

desta situação, os movimentos sociais de junho de 2013 no Brasil, considerados pelas publicações estrangeiras como uma resposta da sociedade à corrupção no país. Um eventual artigo que trate de um caso de corrupção na Europa cometido por um cidadão europeu e que o Brasil tenha sido o destino do corruptor em fuga não será incluído como um artigo que trate de corrupção no Brasil.

A coleta de artigos inclui todas as edições impressas das revistas no período entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2013.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez coletados os artigos que tratam do Brasil nas publicações estrangeiras e os assuntos das reportagens de capa da revista *Veja*, a apresentação e análise dos dados passam pelos seguintes passos:

Exposição das notícias: através de tabela, são apresentados os grandes temas noticiados sobre o Brasil, ano a ano, pelas revistas internacionais. Identifica-se também a participação de cada tema no total dos artigos. Para a revista *Veja*, esta análise é feita a partir dos temas apresentados na capa de cada publicação.

Cobertura de cada revista estrangeira: também através de tabela, é apresentada a cobertura destinada ao Brasil de cada revista estrangeira, identificando o número total de artigos publicados sobre corrupção e de temas gerais. É feito neste momento uma análise de correlação para identificar o comportamento das notícias sobre o Brasil ao longo do

período.

Cobertura da revista *Veja*: através de tabela, são apresentados os assuntos de capa da revista *Veja* ao longo do período em estudo. A análise de correlação permite avaliar o comportamento das coberturas sobre corrupção neste semanário.

Correlação entre notícias no Brasil e no exterior: para análise e comparação da cobertura de atos de corrupção, é feito uma análise de correlação entre os artigos de capa da *Veja* que tratam de corrupção e os artigos que tratam de corrupção publicados nas revistas estrangeiras. Também nesta etapa são classificados os crimes de corrupção com base no guia de políticas anticorrupção da United Nations Office on Drugs and Crime.

Casos de corrupção: através da compilação dos casos efetivos de corrupção apresentados nas publicações estrangeiras e na *Veja*, é construída uma tabela e avaliada se há uma relação entre os casos divulgados no Brasil e apresentados nas revistas estrangeiras.

Impacto da exposição da corrupção no Brasil: neste passo é feita uma análise de correlação entre a exposição de notícias nas revistas estrangeiras sobre corrupção no Brasil e diversos indicadores de importância para as organizações brasileiras ou que operam no Brasil. Tais indicadores compreendem o investimento estrangeiro direto (IED), comércio exterior brasileiro, risco Brasil, facilidade de comércio com o exterior (*Trading across borders*) e o índice de percepção da corrupção (CPI).

A definição de corrupção adotada na pesquisa é a definida pela *United Nations Office on Drugs and Crime*, apresentada no referencial teórico.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segue a apresentação dos dados referentes à exposição de notícias sobre o Brasil nos semanários internacionais.

4.1 A EXPOSIÇÃO DO BRASIL NAS REVISTAS ESTRANGEIRAS E A PARTICIPAÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE CORRUPÇÃO ENTRE 2003 E 2013

A corrupção é um tema de interesse nas diversas nações à medida que favorece de forma ilegal uma minoria em detrimento da grande maioria da população. A mídia exerce um papel fundamental de controle através da divulgação de atos corruptos. Neste tópico é quantificada a publicação de notícias gerais sobre o Brasil nos quatro periódicos estrangeiros bem como os artigos que tratam especificamente sobre corrupção no país. Analisa-se também a exposição de temas na mídia local, tomando-se como referência os assuntos de capa da revista *Veja*. O período de análise foi de onze anos, compreendidos entre 2003 e 2013. Os artigos das publicações estrangeiras e as capas da revista *Veja* foram classificados de acordo com o assunto do qual tratam. O objetivo desta análise é comparar a exposição da corrupção em reportagens de capa da revista *Veja* com a exposição da corrupção nos artigos publicados pelas revistas estrangeiras. A tabela 5 apresenta o tema de capa das edições da revista *Veja*.

Tabela 5 - Assuntos abordados na capa da revista Veja

Assunto	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Ambiente	0	0	1	2	2	1	1	1	0	1	0	9	1,60%
Ciência e Te	2	2	2	2	3	2	5	3	3	8	5	37	6,50%
Comp./Soc	7	11	4	6	6	6	6	6	9	10	14	85	14,90%
Copa/Olim	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	0,50%
Corrupção	2	5	17	9	8	4	7	7	5	10	8	82	14,40%
Criminalida	0	0	0	2	5	2	2	6	5	2	2	26	4,60%
Desastre	0	0	2	0	2	1	2	2	2	0	1	12	2,10%
Economia	3	3	2	3	5	9	5	2	4	3	3	42	7,40%
Educação	0	0	1	0	1	1	1	2	2	2	1	11	1,90%
Empresas	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	4	0,70%
Energia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,20%
Internacion	11	6	4	7	2	8	5	3	7	4	5	62	10,90%
Pessoas	2	2	2	2	2	3	4	2	5	6	3	33	5,80%
Política	8	6	7	8	1	2	2	8	2	1	1	46	8,10%
Religião	2	1	4	1	4	0	2	1	0	1	5	21	3,70%
Saúde	13	14	6	9	10	12	9	8	7	4	4	96	16,80%
Total	51	51	52	52	52	51	52	52	53	52	52	570	100,00%

Fonte: Autor, 2014

A cobertura de corrupção como tema principal das edições da revista Veja ocupa a terceira posição em relevância, com participação de 14,4% (82 edições), logo atrás do tema saúde (16,8%, 96 edições) e comportamento e sociedade (14,9%, 85 edições).

A análise dos 680 artigos sobre o Brasil encontrados nas quatro publicações estrangeiras indica o tema corrupção na quarta posição de importância. Os 53 artigos publicados sobre a corrupção no país representam 7,8% do total. Economia, (142 artigos, 20,9%), política (115 artigos, 16,9%) e comportamento e sociedade (74 artigos, 10,9%)

apresentaram maior destaque nas publicações estrangeiras. A tabela 6 apresenta os temas sobre o Brasil abordados nas publicações estrangeiras.

Tabela 6 - Artigos sobre o Brasil abordados nas revistas internacionais

Artigos sobre o Brasil abordados nas revistas internacionais													
Assunto	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Ambiente	2	3	3	3	2	6	9	4	6	3	3	44	6,5%
Ciência e Tecn.	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,3%
Comp./Sociedade	10	4	5	6	8	5	4	6	7	6	13	74	10,9%
Copa/Olimpíadas	0	0	2	1	0	0	2	1	1	2	1	10	1,5%
Corrupção	0	1	13	4	5	6	3	2	6	5	8	53	7,8%
Criminalidade	4	3	5	4	3	1	1	4	3	3	5	36	5,3%
Desastre	1	0	0	0	1	1	1	0	2	0	1	7	1,0%
Economia	12	6	5	7	16	13	19	9	18	17	20	142	20,9%
Educação	0	0	0	0	2	0	1	1	1	2	0	7	1,0%
Empresas	3	6	3	3	3	5	4	6	4	5	7	49	7,2%
Energia	0	0	1	0	0	3	3	5	3	2	0	17	2,5%
Internacional	7	9	6	4	3	5	10	9	4	4	5	66	9,7%
Pessoas	3	1	2	5	5	5	0	2	5	5	1	34	5,0%
Política	22	11	6	10	6	4	8	19	8	9	12	115	16,9%
Religião	0	1	0	1	1	2	1	0	0	0	3	9	1,3%
Saúde	1	1	2	0	3	5	1	0	1	0	1	15	2,2%
Total	67	46	53	48	58	61	67	68	69	63	80	680	100,0%

Fonte: Autor, 2014

A participação do tema corrupção como reportagem principal da Veja em 14,4% de suas edições supera a exposição do mesmo tema nas revistas estrangeiras (7,8%). Esta maior exposição na revista brasileira é ainda mais relevante ao considerar-se que as reportagens de capas da Veja contemplam temas internacionais onde o Brasil não desempenha qualquer papel (conflitos e tópicos internacionais, avanços tecnológicos

e de saúde, por exemplo) ao passo que os artigos publicados nas revistas estrangeiras limitam-se unicamente a temas onde o envolvimento do Brasil é predominante.

4.2 A COBERTURA SOBRE O BRASIL EM CADA PUBLICAÇÃO ESTRANGEIRA

O Brasil é tema relevante em 680 artigos publicados nas quatro revistas estrangeiras, o que indica uma frequência superior a um artigo por semana ao longo do período de onze anos. No mesmo período foram produzidos 53 artigos sobre corrupção no país. A *The Economist* tem uma participação destacada no levantamento, sua cobertura soma 468 artigos sobre o Brasil (69% do total) e dedica 40 artigos à corrupção (75%). A alemã *Der Spiegel* é a segunda que mais dedica espaço ao Brasil, com 140 artigos publicados (21% do total) e 9 sobre corrupção (17%). *Time* e *Le Nouvel Observateur*, juntas, representam pouco mais de 10% da cobertura sobre temas referentes ao Brasil e menos de 8% dos artigos que tratam de corrupção no país.

A tabela 7 apresenta a distribuição dos artigos sobre o Brasil publicados em cada revista.

Tabela 7 - Número de artigos sobre o Brasil, ano a ano

Ano	Economist	Spiegel	LNO	Time	Total	%
2003	37	19	5	6	67	9,90%
2004	32	8	3	3	46	6,80%
2005	29	14	7	3	53	7,80%
2006	29	14	4	1	48	7,10%
2007	40	9	4	5	58	8,50%
2008	41	14	2	4	61	9,00%
2009	54	9	2	2	67	9,90%
2010	54	10	3	1	68	10,00%
2011	49	12	5	3	69	10,10%
2012	50	11	1	1	63	9,30%
2013	53	20	4	3	80	11,80%
Total	468	140	40	32	680	100,00%
%	68,80%	20,60%	5,90%	4,70%	100,00%	

Fonte: Autor, 2014

A tabela 8 apresenta a frequência de artigos sobre corrupção no Brasil publicada nas revistas internacionais. Nota-se que novamente a The Economist dedicou maior espaço ao Brasil, seguida da Der Spiegel, Le Nouvel Observateur e, por último, a Time.

Tabela 8 - Número de artigos sobre corrupção no Brasil, ano a ano

Ano	Economist	Spiegel	LNO	Time	Total	%
2003	0	0	0	0	0	0,00%
2004	1	0	0	0	1	1,90%
2005	10	2	1	0	13	24,50%
2006	1	1	1	1	4	7,50%
2007	5	0	0	0	5	9,40%
2008	6	0	0	0	6	11,30%
2009	2	1	0	0	3	5,70%
2010	2	0	0	0	2	3,80%
2011	5	1	0	0	6	11,30%
2012	5	0	0	0	5	9,40%
2013	3	4	1	0	8	15,10%
Total	40	9	3	1	53	100,00%
%	75,50%	17,00%	5,70%	1,90%	100,00%	

Fonte: Autor, 2014

Os 53 artigos que tratam de corrupção representam 7,8% do total das 570 notícias coletadas sobre o Brasil.

Há um evidente destaque na participação da britânica The Economist na cobertura de notícias sobre o Brasil e seus casos de corrupção. O idioma inglês e o consequente apelo a um público residente fora do Reino Unido (e que não domina o alemão ou francês) poderia justificar a dedicação maior da revista a temas internacionais. Entretanto, a anglófona Time tem participação mínima nos resultados, ainda que compartilhe o mesmo idioma da The Economist.

Em entrevista concedida ao programa Milênio do canal de

assinatura Globo News em 2010, o editor chefe da The Economist aborda esta peculiaridade:

Se sua publicação é francesa, alemã, brasileira, portuguesa, você tem a barreira da língua. Se é americana, você tem outro pequeno problema: os Estados Unidos estão envolvidos em todas as guerras do mundo. Os Estados Unidos são uma superpotência, e o país, em si, é tão fascinante que às vezes, quando você olha as coisas fora de lá, há sempre um ponto de vista americano que as pessoas, muitas vezes erroneamente, atribuem à publicação. Às vezes, recebemos cartas dizendo que assumimos uma posição britânica, mas, no geral, não sofremos com isso. Os Estados Unidos, por definição, estão envolvidos em todas as decisões políticas ao redor do mundo, enquanto a Grã-Bretanha... Para ser sincero, acho isso injusto, pois as revistas americanas fazem um bom trabalho, mas essa percepção, pelo que sei, parece ter nos ajudado. (MICKLETHWAIT, 2010)

Quantificada a exposição de artigos sobre o Brasil nas revistas internacionais, cabe a análise do comportamento desta exposição ao longo do período. Considera-se o ano de 2003 como marco no aumento da importância do Brasil na economia mundial a partir da popularização do conceito BRIC. Ao longo do período analisado, há efetivamente uma participação crescente de notícias sobre o Brasil nas principais revistas ocidentais? E sobre a corrupção no país?

A análise estatística de variáveis correlacionadas permite identificar com determinado grau de certeza se existe uma associação entre estas variáveis e, existindo, se esta correlação é positivamente correlacionada (caminham num mesmo sentido) ou negativamente correlacionada (caminham em sentidos opostos).

Interessa, neste momento, testar a existência de correlação entre as variáveis tempo (X, expressada em anos) e notícias (Y, expressada em artigos publicados). Este teste é feito através da formulação de duas hipóteses:

H₀: as variáveis X e Y são não correlacionadas;

H₁: as variáveis X e Y são correlacionadas positivamente.

Trata-se de um teste unilateral já que se espera que o coeficiente de correlação tenha sinal positivo (ao passar do tempo, aumentam as notícias sobre o Brasil).

A tabela 9 apresenta os dados referentes ao número de artigos sobre o Brasil.

Tabela 9 - Tempo x Notícias sobre o Brasil - Correlação

Ano	Anos	Notícias	X'	Y'	X'.Y'
2003	1	67	-1,508	0,516	-0,777
2004	2	46	-1,206	-1,574	1,899
2005	3	53	-0,905	-0,878	0,794
2006	4	48	-0,603	-1,375	0,829
2007	5	58	-0,302	-0,38	0,115
2008	6	61	0	-0,081	0
2009	7	67	0,302	0,516	0,155
2010	8	68	0,603	0,615	0,371
2011	9	69	0,905	0,715	0,647
2012	10	63	1,206	0,118	0,142
2013	11	80	1,508	1,809	2,728
Soma		680			6,902
Média		61,818			
	Ds.Padr.	10,048		r=	0,69

Fonte: Autor, 2014

O valor $r = 0,690$ é positivo e, portanto, indica uma correlação no mesmo sentido entre tempo e notícias sobre o Brasil. O valor de r encontrado indica um valor alfa ligeiramente menor que 0,001 para $n = 11$ (11 anos), ou seja, pode-se afirmar com 99% de segurança que à medida que o tempo passa, aumenta o número de artigos sobre o Brasil publicado anualmente nas revistas estrangeiras avaliadas.

Quando o mesmo exercício é aplicado ao número de notícias sobre corrupção no Brasil, o resultado não permite uma afirmação

categórica. O valor de r é positivo e alcança 0,243, que indica um alfa consideravelmente maior que 0,1. Portanto, afirmar que as notícias sobre corrupção no Brasil divulgadas nas revistas internacionais aumentam ao longo do período analisado indica uma probabilidade de erro substancialmente superior a 10%. A tabela 10 apresenta os dados referentes à correlação das variáveis tempo x notícias sobre corrupção no Brasil.

Tabela 10 - Tempo x Notícias sobre Corrupção - correlação

Ano	Anos	Notícias	X'	Y'	X'.Y'
2003	1	0	-1,508	-1,338	2,017
2004	2	1	-1,206	-1,06	1,279
2005	3	13	-0,905	2,272	-2,055
2006	4	4	-0,603	-0,227	0,137
2007	5	5	-0,302	0,05	-0,015
2008	6	6	0	0,328	0
2009	7	3	0,302	-0,505	-0,152
2010	8	2	0,603	-0,783	-0,472
2011	9	6	0,905	0,328	0,297
2012	10	5	1,206	0,05	0,061
2013	11	8	1,508	0,884	1,332
Soma		53			2,429
Média		4,818			
Ds.Padr.		3,601		r=	0,243

Fonte: Autor, 2014

Assim, os dados e a análise estatística sugerem que ao longo dos últimos onze anos há um aumento de notícias sobre o Brasil nas revistas internacionais. Aplicada a mesma análise às notícias sobre corrupção no Brasil, o resultado não permite afirmar que efetivamente há um aumento destas notícias nas revistas estrangeiras ao longo do mesmo período.

Este resultado está alinhado com a suposição inicial desta dissertação, a qual assume como crescente a participação do Brasil no cenário internacional. Reflexo desta crescente importância do país é verificado no número de artigos publicados pelos semanários internacionais durante o período em análise. Quanto às notícias sobre corrupção e à impossibilidade de identificar uma correlação suficientemente sólida do volume de artigos publicados ao longo do tempo que permita a identificação de comportamento, a razão pode estar no evento Mensalão, que concentrou sua exposição em dois momentos, a revelação do fato em 2005 e a condenação e prisão dos condenados, respectivamente em 2012 e 2013. Esta distribuição de notícias na metade inicial e final do período analisado foi responsável pelos picos verificados nas duas metades do período, apresentando sinais de comportamento de ciclo e não de tendência.

4.3 A COBERTURA NA VEJA

A análise das reportagens de capa da revista de atualidades de

maior circulação no Brasil indica uma participação expressiva do tema corrupção. Ao longo de onze anos, a revista publicou 570 edições, sendo que 82 traziam capas dedicadas a casos de corrupção ou consequências do ato. Assim, durante o período de análise, 14,4% das capas da revista Veja trazem a corrupção e suas consequências como tema, uma participação superior ao índice encontrado nos artigos das publicações estrangeiras (7,8%).

A tabela 11 apresenta a distribuição das reportagens de capa da revista Veja, ano a ano, que tratam de corrupção ou suas consequências.

Tabela 11 - Veja - Capas que tratam de corrupção no Brasil

Ano	Capas	%
2003	2	2,40%
2004	5	6,10%
2005	17	20,70%
2006	9	11,00%
2007	8	9,80%
2008	4	4,90%
2009	7	8,50%
2010	7	8,50%
2011	5	6,10%
2012	10	12,20%
2013	8	9,80%
Total	82	100,00%

Fonte: Autor, (2014)

A classificação por capa encontra-se no apêndice 2.

De maneira similar à análise do comportamento de notícias sobre corrupção publicadas em revistas internacionais, cabe avaliar se há, na publicação brasileira, um aumento ao longo do período estudado do número de edições que trazem a corrupção como tema de capa. A tabela 12 apresenta os dados referentes à correlação das variáveis tempo x tema de capa sobre corrupção da revista Veja.

Tabela 12 - Veja - Tempo x Capas sobre Corrupção

Ano	Anos	Capas	X'	Y'	X'.Y'
2003	1	2	-1,508	-1,387	2,09
2004	2	5	-1,206	-0,624	0,753
2005	3	17	-0,905	2,427	-2,195
2006	4	9	-0,603	0,393	-0,237
2007	5	8	-0,302	0,139	-0,042
2008	6	4	0	-0,878	0
2009	7	7	0,302	-0,116	-0,035
2010	8	7	0,603	-0,116	-0,07
2011	9	5	0,905	-0,624	-0,564
2012	10	10	1,206	0,647	0,78
2013	11	8	1,508	0,139	0,209
Soma		82			0,69
Média		7,455			
Ds.Padr.		3,934		r=	0,069

Fonte: Autor, (2014)

O índice $r = 0,069$ indica que não há uma correlação significativa entre tempo e quantidade de capas da revista Veja que tratam de corrupção. Ou seja, uma eventual afirmação de que o número de capas da revista Veja publicada ano a ano e que tratam de corrupção tenha aumentado ao longo dos últimos onze anos não pode ser sustentada estatisticamente.

Assim como na análise da exposição de artigos sobre corrupção nas revistas estrangeiras, as capas da revista Veja que tratam de corrupção apresentam dois momentos distintos de destaque, ambos coincidentes com momentos importantes do evento mensalão. Em 2005 há 17 capas dedicadas à corrupção, ano de descoberta do evento, em 2012 são 12 edições dedicadas à corrupção em seu tema principal, ano onde o julgamento do mensalão teve o seu desfecho e os réus foram condenados. Esta distribuição de capas de Veja resultante do evento mensalão na primeira e segunda metade do período avaliado possivelmente justifica a formação de dois ciclos distintos e não a construção de uma tendência ao longo dos onze anos analisados.

4.4 A COBERTURA SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL E O REFLEXO NOS ARTIGOS PUBLICADOS NO EXTERIOR

Na análise do impacto da exposição das notícias de corrupção no Brasil em revistas estrangeiras cabe identificar se há um vínculo

entre as notícias publicadas aqui e no exterior, ou seja, se o volume de artigos sobre corrupção no Brasil divulgados fora do país está alinhado com a quantidade de reportagens de capa da Veja que tratam do mesmo tema. Ainda, a United Nations Office on Drug and Crime classifica os atos de corrupção em formas distintas. Neste tópico é apresentado o perfil dos atos de corrupção nos artigos publicados em revistas estrangeiras e comparados com as reportagens de capa da revista Assim, pretende-se avaliar a correlação entre o volume de publicações de atos corruptos aqui e no exterior, bem como o tipo de corrupção que é apresentado em cada um dos ambientes.

A revista Veja escolheu o tema corrupção e suas consequências como tema de capa em 82 edições ao longo dos onze anos da análise. No mesmo período, 53 artigos que tratam de corrupção no Brasil foram divulgados nas principais revistas de notícias das 4 maiores economias ocidentais. A tabela 13 apresenta a frequência das publicações ao longo do período e apresenta o cálculo do coeficiente r , permitindo a identificação da correlação para estas duas variáveis.

Tabela 13 - Correlação Capas Veja x Artigos Revistas Estrangeiras

Ano	Veja	Estrang.	X'	Y'	X'.Y'
2003	2	0	-1,387	-1,338	1,856
2004	5	1	-0,624	-1,06	0,662
2005	17	13	2,427	2,272	5,514
2006	9	4	0,393	-0,227	-0,089
2007	8	5	0,139	0,05	0,007
2008	4	6	-0,878	0,328	-0,288
2009	7	3	-0,116	-0,505	0,058
2010	7	2	-0,116	-0,783	0,09
2011	5	6	-0,624	0,328	-0,205
2012	10	5	0,647	0,05	0,033
2013	8	8	0,139	0,884	0,123
Soma	82	53			7,76
Média	7,455	4,818			
	3,934	3,601		r=	0,776

Fonte: Autor, 2013

Destaca-se na tabela o número de eventos registrados em 2005, primeiro ano de divulgação de notícias sobre o mensalão. O coeficiente $r = 0,776$ indica uma relação muito próxima entre as duas variáveis, com grau de certeza superior a 99% na hipótese de serem correlacionadas positivamente.

A seguir é apresentada a classificação dos atos de corrupção publicados no Brasil pela revista Veja e nas quatro revistas estrangeiras. Tais atos foram classificados como abuso da função, contribuições

políticas impróprias, extorsão, favorecimento/nepotismo, fraude/desfalque/roubo e suborno, seguindo a proposta apresentada no manual de medidas práticas anticorrupção para promotores e investigadores publicado pela ONU (UNODC, 2003).

A tabela 14 apresenta a forma de corrupção (predominante) indicada nos artigos das revistas estrangeiras bem como nas reportagens de capa da revista *Veja*, ao longo do período compreendido entre 2003 e 2013.

Tabela 14 - Tipos de Corrupção de acordo com UNODC

Tipo	Veja		Estrangeiras	
	Capas	Part.	Artigos	Part.
Abuso função	12	14,60%	5	9,40%
Contrib.políticas impróprias	4	4,90%	6	11,30%
Extorsão	3	3,70%	0	0,00%
Favorecimento/nepotismo	5	6,10%	2	3,80%
Fraude/desfalque/roubo	45	54,90%	35	66,00%
Suborno	13	15,90%	5	9,40%
Soma	82		53	

Fonte: Autor, 2014

Há uma clara predominância dos crimes de fraude/desfalque/roubo, tanto na *Veja* como nas publicações estrangeiras. Para efeito desta análise, as notícias relacionadas ao mensalão foram classificadas nesta forma de corrupção. As demais

formas de corrupção participam, juntas, com 40% do total dos artigos publicados. Estas 55 notícias representam, em média, menos de uma notícia publicada anualmente em cada uma das regiões (Brasil e exterior), o que dificulta uma análise de correlação. Para as 80 notícias de corrupção através de fraude/desfalque/roubo publicadas no Brasil e no exterior, a tabela 15 apresenta os dados de correlação das duas variáveis.

Tabela 15 - Casos Fraude/Desfalque/Roubo - Correl. Veja x Revistas Estrangeiras

Ano	Veja	Estrang.	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	0	-1,186	-0,928	1,101
2004	3	0	-0,316	-0,928	0,293
2005	13	11	2,584	2,279	5,889
2006	4	1	-0,026	-0,636	0,017
2007	2	3	-0,606	-0,053	0,032
2008	3	2	-0,316	-0,345	0,109
2009	5	0	0,264	-0,928	-0,245
2010	1	2	-0,896	-0,345	0,309
2011	3	5	-0,316	0,53	-0,168
2012	6	4	0,554	0,239	0,132
2013	5	7	0,264	1,113	0,293
Soma	45	35			7,763
Média	4,091	3,182			
Ds.Padr.	3,448	3,43		r=	0,776

Fonte: Autor, 2014

O coeficiente $r = 0,776$ indica alfa inferior a 0,001, ou seja, pode-se afirmar com mais de 99% de segurança que há uma correlação entre as notícias de corrupção causadas por fraude/desfalque/roubo publicadas em reportagens de capa da revista Veja e artigos nas revistas internacionais.

Portanto, além de haver uma correlação significativa entre o volume de reportagens de capa da revista Veja que tratam de corrupção e artigos sobre corrupção no Brasil publicados no exterior, pode-se ainda afirmar com alto grau de segurança que a forma predominante de corrupção (fraude/desfalque/roubo) é a mesma nos dois ambientes, e que os volumes de notícias publicados sob esta classificação estão claramente correlacionados.

4.5 OS PRINCIPAIS CASOS DE CORRUPÇÃO E A FORMA DE EXPOSIÇÃO NO BRASIL E NO EXTERIOR

O fenômeno do mensalão foi tema de destaque no Brasil em períodos distintos, logo na sua identificação em 2005 e nos anos de 2012 e 2013, quando foram definidas as penas e decretadas as prisões dos envolvidos, respectivamente. A tabela 15 apresenta os assuntos ou casos específicos de corrupção tratados nos artigos publicados nas quatro revistas estrangeiras.

Com participação 3 vezes superior à cobertura do segundo tema

de maior destaque (corrupção no congresso e casos envolvendo o então ministro Palocci), as revistas estrangeiras dedicam uma exposição considerável ao mensalão, com um total de 15 artigos e participação de 28,3% do total.

Em posição intermediária na cobertura das revistas estrangeiras aparecem os artigos que tratam de corrupção em empresas (privadas), corrupção no futebol brasileiro e/ou em ações ligadas a próxima copa do mundo de futebol no país e, de forma particular, às manifestações de junho de 2013. Os artigos publicados nas revistas estrangeiras apontavam a corrupção no país como um dos fatores fundamentais que teriam motivado os movimentos de rua. A tabela 16 apresenta os assuntos sobre corrupção publicados nas revistas estrangeiras.

Tabela 16 - Assuntos de Corrupção, Revistas Estrangeiras

Assunto	Artigos	Part.
Mensalão	15	28,30%
Congresso	5	9,40%
Palocci	5	9,40%
Empresas	4	7,50%
Futebol/Copa	4	7,50%
Manifestações	4	7,50%
Sarney	3	5,70%
Governadores	2	3,80%
Ministros	2	3,80%
Renan Calheiros	2	3,80%

Waldomiro Diniz	1	1,90%
Compra de votos	1	1,90%
Juizes/Máfia do Bingo	1	1,90%
Dados pré-sal	1	1,90%
Abin	1	1,90%
Eleições caras	1	1,90%
Salários acima do teto	1	1,90%
Total	53	100,0%

Fonte: Autor, 2104

A tabela 17 indica os temas de capa da revista Veja relacionados à corrupção, apresentando o número de vezes que o caso (ou ambiente onde ocorreu) foi o tema principal da edição.

Assim como nas publicações estrangeiras, o caso mensalão dominou a cobertura da revista brasileira, com dados que expressam um forte alinhamento entre as edições estrangeiras e a Veja. As 24 edições onde o mensalão foi tema de reportagem de capa da Veja representam 29,3% de toda a cobertura sobre corrupção (versus 28,3% das revistas estrangeiras) e o volume dedicado ao tema mensalão é 3 vezes superior ao segundo tema de maior destaque, assim como verificado nas quatro revistas estrangeiras. Na cobertura da revista Veja, a corrupção vinculada ao Partido dos Trabalhadores é o segundo tema mais relevante.

Tabela 17 - Casos de Corrupção, assuntos de capa da Revista Veja

Assunto	Capa	Part.
Mensalão	24	29,30%
PT	8	9,80%
Congresso	5	6,10%
Renan Calheiros	5	6,10%
Desvios	4	4,90%
Empresas	4	4,90%
Lula	4	4,90%
Ministros	4	4,90%
Palocci	3	3,70%
Erenice Guerra	2	2,40%
Impunidade	2	2,40%
Judiciário	2	2,40%
Polícia Federal	2	2,40%
Rosemary Noronha	2	2,40%
Arruda-DF	1	1,20%
Cachoeira	1	1,20%
Christiane Araujo	1	1,20%
Dossiê Serra	1	1,20%
Financ.Campanhas	1	1,20%
Garotinho	1	1,20%
Imprensa sob ataque	1	1,20%
José Dirceu	1	1,20%
Juiz futebol	1	1,20%
PMDB	1	1,20%

Políticos abusam cartão créd.	1	1,20%
Total	82	100,00%

Fonte: Autor, 2014

Há um razoável alinhamento entre os assuntos abordados nas reportagens de capa da revista *Veja* e nos artigos publicados nas revistas estrangeiras. Além do mensalão, que teve, proporcionalmente, participação quase idêntica na cobertura dos veículos estrangeiros e na *Veja*, diversos assuntos são recorrentes nas publicações avaliadas. Existe, talvez, uma preocupação maior nas revistas estrangeiras por temas relacionados à economia e ao setor privado, uma vez que apresentam mais artigos de corrupção em empresas privadas do que a *Veja*. A publicação brasileira parece interessar-se em publicar temas eminentemente políticos, dedicando nove reportagens de capa à corrupção em partidos políticos.

Ainda que exista um alinhamento dos temas em voga no Brasil e a exposição nas revistas estrangeiras, a cultura local e os interesses particulares emprestam uma forma distinta de apresentar os fatos. Na cobertura dos atos secretos do senado, que beneficiaram os senadores, ocorrido em 2009, essa diferença na forma da apresentação da notícia assume aspectos curiosos.

A cobertura da revista *Veja* apoia-se na frase do presidente Lula em defesa do presidente do Senado José Sarney, quando afirma que (Veja, 2009) “O senador tem história no Brasil suficiente para que não

seja tratado como se fosse uma pessoa comum”. O texto do artigo principal desenvolve o assunto:

Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: os comuns, nós, e os incomuns, a quem tudo se permite. [...] Ao afirmar que Sarney merece um tratamento diferenciado, o presidente atropelou o preceito constitucional expresso no artigo 5º, que estabelece a igualdade de todos perante a lei. “Lula foi absolutamente infeliz. Reforçou a ideia de que um é melhor do que o outro. Restabeleceu a lógica do “você sabe com quem está falando?”. Bateu de frente na Constituição e no princípio basilar da democracia”, resume o historiador Marco Antônio Villa. (VEJA, 2009)

A reportagem da Veja é pautada pela impunidade e pelo tratamento diferenciado sugerido pelo então presidente Lula.

Figura 5 - Capa e artigo da edição 2118 da revista Veja



Fonte: Autor, 2014

Ao tratar do mesmo assunto, a alemã Der Spiegel (2009, p.83) faz uma análise dos atos secretos do senado e das acusações ao político José Sarney, “A família Sarney teria desviado valores da estatal de petróleo Petrobrás. O ex-chefe de Estado nega as acusações; ele não teria sabido de nada.” Inesperado, ao menos pela perspectiva cultural brasileira, é a ênfase dada no artigo a supostos encontros de políticos em quartos secretos do senado, tema responsável pelo título do artigo, bordel no senado:

E em uma sala secreta do prédio do Senado, em Brasília, encontravam-se políticos e prostitutas, fato que contribui de forma especial para o escândalo. Nesta sala secreta foram encontrados também filmes pornográficos.. (DER SPIEGEL, 2009)

Figura 6 - Artigo da Der Spiegel, julho de 2009

BRASIL IEN

Bordell im Senat

Präsident Luiz Inácio Lula da Silva sieht sich mit einem Korruptions-skandal konfrontiert, der seine politische Basis spaltet. Lulas wichtigster Verbündeter, der einflussreiche Senatspräsident und Ex-Staatschef José Sarney, soll jahrelang Angehörige und Freunde mit Posten und finanziellen Zuwendungen begünstigt haben. Senatsdirektoren sollen Politikern und Senatsangestellten etwa Wohngeldzuschüsse und Flugreisen zugeschanzt haben. Und in einem Geheimplatz des Senatsgebäudes in Brasília – ein besonderer Aufreger in der Affäre – trafen sich angeblich Prostituierte und Politiker. Man fand dort Pornofilme. An Sarneys Familie wurden wohl auch Gelder der staatlichen Ölfirma Petrobras umgeleitet. Der frühere Staatschef bestreitet die Vorwürfe; er habe nichts davon gewusst. Sarney regierte Brasilien nach Ende der Militärdiktatur von 1985 bis 1990 und ist Patriarch eines

Clans, der mit feudaler Attitüde über den armen nordöstlichen Bundesstaat Maranhão herrscht. Als einer der Meinungsführer der Zentrumsparterie PMDB ist er Lulas entscheidender Partner, er garantiert eine Mehrheit bei Abstimmungen im Kongress. Lula wirkte deshalb auf seine Arbeiterparterie PT ein, nicht länger Sarneys Rücktritt zu fordern. Der hatte wohl gedroht, dass bei der Untersuchung des Petrobras-Skandals Lulas Wunsch-Nachfolgerin Dilma Rousseff unter Beschuss geriete. Sie hatte als Ministerin für Energie viele Manager des Ölkonzerns selbst ernannt.



Sarney, Lula

Fonte: Der Spiegel, 2013

A britânica *The Economist* relata o caso dos arquivos secretos do senado com o sugestivo título “Casa dos Horrores”. Assim como a *Veja* e a *Der Spiegel*, o artigo trata dos desvios de comportamento dos membros do senado brasileiro, tal como relata a passagem publicada em

julho de 2009:

A polícia está investigando ao redor de 660 atos secretos aprovados desde 1995 e que concedem postos de trabalho e aumentos salariais aos membros da equipe. Senadores receberam bilhetes aéreos gratuitamente para parentes e reembolso de moradia para residências nas quais eles não residiam. Funcionários do senado receberam horas extras mesmo durante o período de recesso. O chefe da administração do senado, Agaciel Maia, revelou possuir uma casa no valor de cinco milhões de reais que estava registrada em nome de seu irmão e, portanto, não declarada para as autoridades fiscais. (THE ECONOMIST, 2009)

Cabe ao característico humor britânico o alinhamento cultural do artigo ao informar no início do texto ‘O que os membros do parlamento britânico podem aprender com os senadores brasileiros’.

Figura 7 - House of horrors - TheEconomist, 9 de julho de 2009



Fonte: The Economist, 2013

4.6 O IMPACTO DA EXPOSIÇÃO DA CORRUPÇÃO SOBRE AS EMPRESAS NO BRASIL

A exposição da corrupção nas revistas internacionais pode influir em variáveis que influenciem o desempenho de organizações brasileiras em mercados estrangeiros ou de organizações e investidores estrangeiros com atuação no Brasil. Este impacto não ocorre, necessariamente, no mesmo momento da publicação das notícias. Nas operações de comércio exterior, por exemplo, é usual que contratos firmados de exportação ou importação definam operações que venham a se concretizar vários meses após o fechamento do negócio. Portanto, cabe avaliar o impacto em mais de um momento, no mesmo período da publicação das notícias sobre corrupção e no ano posterior à publicação

destas notícias. A análise neste tópico trata de identificar uma eventual correlação entre a exposição de notícias nas revistas internacionais sobre corrupção no Brasil e os seguintes indicadores:

- volume de investimento estrangeiro direto,
- o comércio exterior brasileiro,
- o risco Brasil,
- a facilidade de comércio internacional (trading across borders),
- o índice de percepção da corrupção produzido pela Transparência Internacional.

O desempenho do comércio exterior brasileiro e o índice de facilidade de comércio internacional foram escolhidos como indicadores por representarem, respectivamente, o resultado do comércio internacional do país e o grau de dificuldade que o ambiente brasileiro apresenta às operações de exportação e importação. Estudos apresentados previamente apontam uma relação positiva entre o grau de exigência burocrática no processo de comércio internacional e a corrupção.

O volume de investimento direto e o risco Brasil estão relacionados ao envio de moeda externa ao país. Sintetizando a combinação de oportunidades de negócios para organizações estrangeiras no país e o risco de alcançar uma remuneração adequada, a composição dos dois indicadores reflete a percepção dos investidores

internacionais do que o Brasil representa.

A análise das notícias sobre corrupção e o índice de percepção da Transparência Internacional pretende relacionar estas duas variáveis.

4.6.1 Volume de investimento estrangeiro direto no Brasil

A tabela 18 apresenta o volume de investimento estrangeiro direto no Brasil e a distribuição de notícias publicadas em revistas internacionais sobre corrupção no país, ano a ano, de 2003 a 2013. Considera-se que o impacto da exposição de corrupção sobre o investimento estrangeiro direto ocorre no mesmo ano, ou seja, a exposição de notícias sobre corrupção no Brasil é correlacionado com o volume de investimento direto no Brasil no mesmo ano.

Tabela 18- Artigos Corrupção x I.E.D. - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	IED US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	13,1	-1,338	-1,374	1,838
2004	1	20,5	-1,06	-0,97	1,028
2005	13	22	2,272	-0,888	-2,018
2006	4	22,8	-0,227	-0,844	0,192
2007	5	34,3	0,05	-0,217	-0,011
2008	6	44,5	0,328	0,34	0,112
2009	3	31,7	-0,505	-0,359	0,181
2010	2	52,6	-0,783	0,782	-0,612
2011	6	69,6	0,328	1,709	0,561
2012	5	60,6	0,05	1,218	0,062
2013	8	49,3	0,884	0,602	0,532
Soma	53	421			1,865
Média	4,818	38,273			
Ds.Padr.	3,601	18,326		r=	0,186

Fonte: Autor, 2014

O coeficiente r positivo indica uma correlação no mesmo sentido entre artigos publicados e investimento direto, contrário ao comportamento esperado. Ou seja, quanto mais artigos publicados sobre corrupção, maior o investimento estrangeiro direto. O valor de r, entretanto, é muito baixo e não possui significância estatística.

Exercício similar é apresentado na tabela 19, agora considerando o efeito das notícias de corrupção sobre o investimento estrangeiro direto no ano posterior a publicação.

Tabela 19 - Artigos Corrupção x I.E.D. - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	IED US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003/2004	0	20,5	-1,24	-1,18	1,463
2004/2005	1	22	-0,965	-1,093	1,054
2005/2006	13	22,8	2,343	-1,046	-2,451
2006/2007	4	34,3	-0,138	-0,377	0,052
2007/2008	5	44,5	0,138	0,216	0,03
2008/2009	6	31,7	0,413	-0,529	-0,219
2009/2010	3	52,6	-0,413	0,687	-0,284
2010/2011	2	69,6	-0,689	1,675	-1,154
2011/2012	6	60,6	0,413	1,152	0,476
2012/2013	5	49,3	0,138	0,495	0,068
Soma	45	407,9			-0,964
Média	4,5	40,79			
Ds.Padr.	3,629	17,196		r=	-0,107

Fonte: Autor, 2014

O coeficiente r passa a ser negativo, indicando uma correlação inversa entre as notícias sobre corrupção e o investimento estrangeiro direto, comportamento esperado. Entretanto, r é novamente muito reduzido para indicar um efeito de correlação significativo entre as duas variáveis.

4.6.2 Comércio exterior brasileiro

A análise a seguir apresenta a série de exportações e importações do Brasil ao longo dos últimos onze anos e busca correlacionar o desempenho destas atividades com a exposição de notícias de corrupção no país.

Na tabela 20 é possível identificar os volumes exportados pelo Brasil e os artigos publicados na revistas internacionais sobre corrupção no país. A análise de correlação é desenvolvida para períodos simultâneos das duas variáveis, ou seja, considera-se que as notícias publicadas sobre o Brasil tenham impacto no mesmo ano sobre o comércio internacional do país.

Tabela 20 - Artigos Corrupção x Exportações - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	Exp.US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	73,2	-1,338	-1,576	2,109
2004	1	96,7	-1,06	-1,197	1,269
2005	13	118,5	2,272	-0,846	-1,921
2006	4	137,8	-0,227	-0,534	0,121
2007	5	160,6	0,05	-0,167	-0,008
2008	6	197,9	0,328	0,435	0,143
2009	3	153	-0,505	-0,289	0,146
2010	2	201,9	-0,783	0,499	-0,391
2011	6	256	0,328	1,371	0,45
2012	5	242,6	0,05	1,155	0,058
2013	8	242,2	0,884	1,149	1,015
Soma	53	1880,4			2,991
Média	4,818	170,9			
Ds.Padr.	3,601	62,029		r=	0,299

Fonte: Autor, 2014

O coeficiente r aponta para uma correlação positiva entre artigos publicados e exportações. O valor de r, entretanto, é pequeno e incapaz de assegurar uma assertiva confiável da veracidade desta correlação. Ainda, o r positivo indica um resultado não esperado, ou seja, quanto maior o número de notícias sobre corrupção, maior o volume de exportações.

Na tabela 21, considera-se que as notícias sobre corrupção

tenham um impacto sobre as exportações a partir do ano posterior à exposição dos artigos nas revistas estrangeiras. Com esta alteração, a base de análise da correlação diminui de onze para dez anos.

Tabela 21 - Artigos Corrupção x Exportações - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	Exp.US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003/2004	0	96,7	-1,24	-1,507	1,869
2004/2005	1	118,5	-0,965	-1,116	1,077
2005/2006	13	137,8	2,343	-0,77	-1,804
2006/2007	4	160,6	-0,138	-0,361	0,05
2007/2008	5	197,9	0,138	0,308	0,042
2008/2009	6	153	0,413	-0,497	-0,206
2009/2010	3	201,9	-0,413	0,38	-0,157
2010/2011	2	256	-0,689	1,35	-0,93
2011/2012	6	242,6	0,413	1,11	0,459
2012/2013	5	242,2	0,138	1,103	0,152
Soma	45	1.807,20			0,552
Média	4,5	180,7			
Ds.Padr.	3,629	55,743		r=	0,061

Fonte: Autor, 2014

O coeficiente r muito pequeno aponta para a ausência de correlação entre as variáveis. O mesmo mecanismo para a análise de correlação entre as notícias de corrupção no Brasil e as importações é

apresentado na tabela 22.

Tabela 22 - Artigos Corrupção x Importações - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	Imp.US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	49,7	-1,338	-1,163	1,556
2004	1	50,9	-1,06	-1,146	1,215
2005	13	66,4	2,272	-0,925	-2,102
2006	4	77,6	-0,227	-0,765	0,174
2007	5	95,8	0,05	-0,506	-0,026
2008	6	126,6	0,328	-0,068	-0,022
2009	3	182,4	-0,505	0,727	-0,367
2010	2	133,7	-0,783	0,033	-0,026
2011	6	191,5	0,328	0,856	0,281
2012	5	237	0,05	1,504	0,076
2013	8	233,3	0,884	1,452	1,283
Soma	53	1.444,90			2,042
Média	4,818	131,4			
Ds.Padr.	3,601	70,227		r=	0,204

Fonte: Autor, (2014)

Novamente, o valor de r muito baixo, não permite uma afirmação de correlação entre as duas variáveis.

Quando o impacto das notícias é considerado no ano posterior a publicação dos artigos, o resultado passa a ser o apresentado na tabela

23 a seguir.

Tabela 23 - Artigos Corrupção x Importações - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	Imp.US\$ bi	X'	Y'	X'.Y'
2003/2004	0	50,9	-1,24	-1,298	1,609
2004/2005	1	66,4	-0,965	-1,071	1,033
2005/2006	13	77,6	2,343	-0,907	-2,124
2006/2007	4	95,8	-0,138	-0,64	0,088
2007/2008	5	126,6	0,138	-0,189	-0,026
2008/2009	6	182,4	0,413	0,628	0,26
2009/2010	3	133,7	-0,413	-0,085	0,035
2010/2011	2	191,5	-0,689	0,761	-0,524
2011/2012	6	237	0,413	1,427	0,59
2012/2013	5	233,3	0,138	1,373	0,189
Soma	45	1.395,20			1,13
Média	4,5	139,5			
Ds.Padr.	3,629	68,3		r=	0,126

Fonte: Autor, (2014)

Uma vez mais, o valor de r é muito baixo e não assegura estatisticamente a afirmação de que exista uma correlação entre as duas variáveis.

4.6.3 O risco Brasil

O risco-Brasil ou EMBI+Br é um índice produzido pelo banco JP Morgan e tem por objetivo quantificar o risco de crédito que investidores enfrentam quando investem no país. Quanto mais alto o risco, maior o índice publicado pelo banco. O *spread* do EMBI+Br corresponde à média da remuneração dos títulos da dívida externa brasileira comparado com o prêmio pago por papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos, considerados livres de risco.

Conforme definição do Banco Central:

Basicamente, o mercado usa o EMBI+Br para medir a capacidade de o país honrar os seus compromissos financeiros, ou seja, quanto maior a pontuação do indicador de risco, maior é o risco de crédito do país a que se refere. Assim, para atrair capital estrangeiro em montante suficiente para financiamento de sua dívida externa, um país com *spread* elevado no EMBI+ necessita oferecer altas taxas de juros em seus papéis. (BANCO CENTRAL, 2014)

A tabela 24 indica a classificação do risco-Brasil ao longo dos últimos onze anos, a exposição de notícias sobre corrupção no Brasil e o índice de correlação r entre as variáveis.

Tabela 24 - Artigos Corrupção x EMBI+Br - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	EMBI+Br	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	837	-1,338	2,52	-3,373
2004	1	542	-1,06	1,065	-1,13
2005	13	399	2,272	0,36	0,818
2006	4	235	-0,227	-0,449	0,102
2007	5	181	0,05	-0,715	-0,036
2008	6	301	0,328	-0,123	-0,04
2009	3	306	-0,505	-0,099	0,05
2010	2	203	-0,783	-0,607	0,475
2011	6	193	0,328	-0,656	-0,215
2012	5	184	0,05	-0,7	-0,035
2013	8	205	0,884	-0,597	-0,527
Soma	53	3.586			-3,912
Média	4,818	326			
Ds.Padr.	3,601	202,746		r=	-0,391

Fonte: Autor, 2014

O valor de r , ainda que aponte para uma correlação negativa entre as duas variáveis (maior o número de notícias sobre corrupção, menor risco-Brasil) não é suficiente para assegurar o vínculo confiável. O resultado negativo de r é contrário à hipótese esperada de correlação entre as variáveis (quanto maior o volume de notícias sobre corrupção no Brasil, maior o risco do país).

A tabela 25 a seguir considera o impacto da exposição de notícias sobre corrupção no ano seguinte à publicação.

Tabela 25 - Artigos Corrupção x EMBI+Br - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	EMBI+Br	X'	Y'	X'.Y'
2003/2004	0	542	-1,24	2,277	-2,824
2004/2005	1	399	-0,965	1,058	-1,021
2005/2006	13	235	2,343	-0,34	-0,797
2006/2007	4	181	-0,138	-0,801	0,11
2007/2008	5	301	0,138	0,223	0,031
2008/2009	6	306	0,413	0,265	0,11
2009/2010	3	203	-0,413	-0,613	0,253
2010/2011	2	193	-0,689	-0,698	0,481
2011/2012	6	184	0,413	-0,775	-0,32
2012/2013	5	205	0,138	-0,596	-0,082
Soma	45	2.749			-4,059
Média	4,5	275			
Ds.Padr.	3,629	117,297		r=	-0,451

Fonte: Autor, 2014

O índice r alcança um valor negativo ainda mais expressivo identificando uma correlação negativa entre as duas variáveis. Pode-se afirmar com segurança ao redor de 80% de que as duas variáveis comportam-se do forma inversa.

4.6.4 *Trading Across Borders*

A publicação anual *Doing Business* do Banco Mundial classifica os países quanto à facilidade de fazer negócios. Esta classificação produz um *ranking* dos países onde o empreendedorismo e a facilidade de fazer negócios se destacam. Entre as variáveis avaliadas no estudo anual e parte do relatório *Doing Business* está o tópico *Trading Across Borders*, que quantifica o grau de facilidade de comercializar com o exterior. A análise passa pela quantificação do número de documentos exigidos na operação de exportação ou importação, o tempo necessário e o custo estimado no processo. Quanto mais complexa a operação do comércio exterior, maior a probabilidade, supostamente, de ocorrer algum ato de corrupção. Estudo avaliando a correlação entre o índice *Trading Across Borders* e a corrupção para o ano de 2010 foi apresentado na fundamentação teórica (SHIRAZI, 2011).

Ainda que os relatórios *Doing Business* tenham iniciado em 2003, a análise do *Trading Across Borders* foi incluída somente na publicação do relatório *Doing Business* 2006 (publicado no final de 2005 com dados aferidos no mesmo ano) mas teve seus critérios de avaliação alterados no ano seguinte. A partir da edição *Doing Business* 2007 (publicado em 2006 com dados aferidos em abril do mesmo ano) até a última edição não houve mais alteração nos critérios de análise do tópico *Trading Across Borders*.

A tabela 26 apresenta os dados referentes às notícias sobre

corrupção no Brasil publicadas no exterior e a posição relativa que o Brasil ocupa no ranking *Trading Across Borders*, ano a ano. A posição do Brasil é indexada, tomando-se a posição do país no ranking e dividindo pelo número total de participantes no ano avaliado. Portanto, quanto menor o índice, melhor a posição do país e mais facilmente este opera seu comércio internacional.

Tabela 26 - Artigos Corrupção x T.A.B. - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	Ranking	Pos.Brasil	Total países	X'	Y'	X'.Y'
2006	4	0,303	53	175	-0,464	-2,107	0,978
2007	5	0,522	93	178	0,066	-0,312	-0,021
2008	6	0,508	92	181	0,597	-0,428	-0,255
2009	3	0,546	100	183	-0,995	-0,116	0,115
2010	2	0,623	114	183	-1,525	0,509	-0,777
2011	6	0,661	121	183	0,597	0,822	0,49
2012	5	0,665	123	185	0,066	0,852	0,056
2013	8	0,656	124	189	1,658	0,78	1,293
Soma	39	4,485					1,88
Média	4,875	0,561					
Ds.Padr.	1,885	0,122				r=	0,269

Fonte: Autor, 2014

O índice r indica uma correlação positiva entre as duas variáveis (hipótese esperada, quanto mais notícias de corrupção, mais o índice se aproxima de 1), mas pequena e insuficiente para afirmar com segurança que há uma forte correlação entre os dados levantados.

Quando a análise é repetida comparando-se o efeito da variável

notícias sobre corrupção em um determinado ano com o resultado do *Trading across borders* no ano imediatamente posterior, o resultado surpreende. A tabela 27 apresenta os dados desta situação.

Tabela 27 - Artigos Corrupção x T.A.B. - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	Ranking	Pos.Brasil	Total países	X'	Y'	X'.Y'
2005/2006	13	0,303	53	175	2,247	-2,107	-4,733
2006/2007	4	0,522	93	178	-0,449	-0,312	0,14
2007/2008	5	0,508	92	181	-0,15	-0,428	0,064
2008/2009	6	0,546	100	183	0,15	-0,116	-0,017
2009/2010	3	0,623	114	183	-0,749	0,509	-0,381
2010/2011	2	0,661	121	183	-1,049	0,822	-0,862
2011/2012	6	0,665	123	185	0,15	0,852	0,128
2012/2013	5	0,656	124	189	-0,15	0,78	-0,117
Soma	44	4,485					-5,779
Média	5,5	0,561					
Ds.Padr.	3,338	0,122				r=	-0,826

Fonte: Autor, 2014

O índice r indica uma forte correlação negativa entre a quantidade de artigos sobre corrupção nas revistas estrangeiras e a facilidade de comercializar com o exterior. Estatisticamente, assegura com mais de 95% de certeza que há esta correlação. Este resultado, evidentemente, contraria a hipótese de que as notícias sobre corrupção geram um impacto negativo sobre o comércio com o estrangeiro. Mais

do que isso, sugere a inversão desta hipótese.

Aqui cabe avaliar a combinação de dois eventos, a quantidade de notícias sobre corrupção no ano de 2005 e a posição do Brasil no *ranking* da lista *Trading across borders*. Com 13 artigos sobre corrupção publicados em revistas estrangeiras em 2005, o valor é substancialmente superior à mediana e, por ter um valor 1.5 vezes superior ao 3º quartil, poderia ser considerado como um *outlier*. Por outro lado, a posição do Brasil no *ranking* do comércio exterior no ano de 2006 foi a melhor de todo o período avaliado e também pode ser considerada um *outlier*. A partir de 2007 há uma piora considerável do país nesta classificação (cai da posição 53 para a posição 93). Os relatórios *Doing Business* dos dois anos avaliados não trazem qualquer informação que possa justificar esta queda do desempenho brasileiro ou que suportem a posição de relativo destaque ocupada em 2006. A combinação destes dois eventos, *outliers*, foi responsável pelo resultado inesperado da correlação entre as variáveis.

Sabe-se que o mensalão contribui de forma inequívoca para o grande número de artigos publicados em 2005. Não foi possível identificar as razões que levaram o Brasil à posição de relativo destaque no índice *Trading across borders* no ano de 2006.

4.6.5 *Corruption perception index*

O índice de percepção da corrupção (CPI) produzido pela Transparência Internacional desde 1995 é creditado por ter inserido o tema corrupção na agenda política internacional. Ano a ano, a instituição

classifica os países de acordo com a percepção de corrupção que se aplica aos setores públicos. O índice CPI transformou-se em uma ferramenta poderosa de pressão para os governos, que se viram obrigados a reconhecer o índice e agir contra a corrupção. O índice captura as opiniões de analistas, especialistas e homens de negócios em diversos países. De acordo com a instituição,

Atrás dos números (do CPI) está a realidade diária das pessoas que vivem nos países avaliados. O índice é incapaz de capturar as frustrações individuais desta realidade, mas captura adequadamente as interpretações de analistas, homens de negócios e especialistas ao redor do mundo. (TRANSPARENCY, 2014)

Em sua edição mais recente, o CPI foi calculado utilizando 13 diferentes fontes de dados de um grande número de instituições que identificam a percepção de corrupção ao longo dos últimos dois anos. De acordo com a instituição, a seleção da fonte de dados dá-se da seguinte forma,

Cada fonte de dados que é usada para construir o índice de percepção da corrupção deve atender aos seguintes critérios para qualificar como fonte válida:

- Quantificar as percepções de corrupção no setor público,
- Basear-se em metodologia confiável e válida, que dá nota e classifica diversos países de acordo com a mesma escala,
- Ser desenvolvido por uma instituição reputada e estar preparado para repetir regularmente

- Permitir suficiente variação dos resultados para que exista diferença entre os países. (TRANSPARENCY, 2013)

A tabela 28 apresenta os dados das duas variáveis e a correlação entre elas, considerando-se o mesmo ano de publicação de notícias sobre corrupção e do relatório do índice de percepção.

Tabela 28 - Artigos Corrupção x C.P.I. - Correlação no mesmo ano da publicação

Ano	Artigos	Ranking	Pos.Brasil	Total países	X'	Y'	X'.Y'
2003	0	0,406	54	133	-1,338	-0,063	0,085
2004	1	0,404	59	146	-1,06	-0,174	0,184
2005	13	0,39	62	159	2,272	-0,994	-2,258
2006	4	0,429	70	163	-0,227	1,293	-0,294
2007	5	0,402	72	179	0,05	-0,282	-0,014
2008	6	0,444	80	180	0,328	2,16	0,709
2009	3	0,417	75	180	-0,505	0,553	-0,279
2010	2	0,388	69	178	-0,783	-1,127	0,882
2011	6	0,399	73	183	0,328	-0,475	-0,156
2012	5	0,392	69	176	0,05	-0,872	-0,044
2013	8	0,407	72	177	0,884	-0,019	-0,017
Soma	53	4,478					-1,202
Média	4,818	0,407					
Ds.Padr.	3,601	0,017				r=	-0,12

Fonte: Autor, 2014

O índice r (próximo de zero) não indica uma correlação entre as duas variáveis, o sinal negativo sugere que quanto mais notícias sobre corrupção, melhor o desempenho do país no *ranking*. A tabela 29 replica a apresentação, com impacto no ano posterior da publicação.

Tabela 29 - Artigos Corrupção x C.P.I. - Correlação no ano seguinte à publicação

Ano	Artigos	Ranking	Pos.Brasil	Total países	X'	Y'	X'.Y'
2003/2004	0	0,404	59	146	-1,24	-5,761	7,144
2004/2005	1	0,39	62	159	-0,965	-6,539	6,307
2005/2006	13	0,429	70	163	2,343	-4,37	-10,236
2006/2007	4	0,402	72	179	-0,138	-5,864	0,808
2007/2008	5	0,444	80	180	0,138	-3,546	-0,489
2008/2009	6	0,417	75	180	0,413	-5,071	-2,096
2009/2010	3	0,388	69	178	-0,413	-6,665	2,755
2010/2011	2	0,399	73	183	-0,689	-6,047	4,166
2011/2012	6	0,392	69	176	0,413	-6,423	-2,655
2012/2013	5	0,407	72	177	0,138	-5,614	-0,774
Soma	45	4,072					4,931
Média	4,5	0,509					
Ds.Padr.	3,629	0,018				r=	0,548

Fonte: Autor, 2014

O índice r encontrado está alinhado com a hipótese de que notícias sobre corrupção contribuem para que um país perca posições no ranking do índice de percepção da corrupção. O valor de r é suficientemente alto para permitir afirmar que as variáveis são correlacionadas, o grau de segurança é de aproximadamente 95%.

Os resultados relativos às publicações de notícias sobre o Brasil e de corrupção no país apontam para uma nítida correlação entre as capas da revista Veja e os artigos publicados nas revistas estrangeiras.

Eventuais consequências das notícias sobre corrupção no Brasil em indicadores relacionados à economia, comércio exterior ou risco Brasil aparentemente não estão correlacionadas.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa em revistas estrangeiras - Der Spiegel, Le Nouvel Observateur, The Economist e Time - sobre a exposição de casos de corrupção no Brasil trouxe alguns resultados de correlação das notícias publicadas no país e no exterior. A influência das notícias sobre corrupção em índices vinculados à economia ou ao comércio com outros países, entretanto, não permitiu uma análise conclusiva sobre seu impacto.

Ao longo do período entre 2003 e 2013, o Brasil passa a ter uma maior exposição nas revistas avaliadas. A frequência de notícias que incluem quaisquer temas sobre o Brasil ao longo dos onze anos indica um índice de correlação que concede à hipótese um grau de segurança de 99%. A mesma análise junto às publicações estrangeiras, quando aplicada somente às notícias de corrupção no Brasil, não gera uma resposta similar. Com base nos artigos levantados nas revistas estrangeiras pode-se afirmar, portanto, que à medida que o tempo passa, notícias sobre o Brasil ganham maior exposição. Notícias sobre corrupção no Brasil, entretanto, parecem não ocupar, ao longo do tempo, um espaço gradativamente maior nas publicações avaliadas.

Quando a análise é desenvolvida sobre temas de corrupção destacados na capa da revista Veja, o resultado está alinhado com as publicações estrangeiras. O índice de correlação entre o tempo e capas da revista Veja que tratam de corrupção é muito baixo. Assim, também

na revista Veja, o tema corrupção como assunto de capa não ocupa um espaço crescente ao longo do tempo.

Observou-se também que há uma forte correlação entre as notícias sobre corrupção publicadas em reportagens de capa da revista Veja e artigos publicados nas quatro revistas estrangeiras. Pode-se afirmar com segurança superior a 99% de que estas duas variáveis caminham no mesmo sentido, ou seja, um número maior de manchetes sobre corrupção na Veja significa também maior quantidade de artigos sobre corrupção publicados nas revistas estrangeiras. Esta correlação não se limita apenas ao volume de artigos publicados. O tipo de crime cometido também está alinhado nos dois ambientes, ou seja, o tipo de corrupção, classificado de acordo com a *United Nations Office on Drugs and Crime*, que aparece em artigos de capa da Veja é replicado nos periódicos estrangeiros.

Notou-se ao longo da pesquisa que a reportagem de capa da revista Veja foi fator determinante na cobertura estrangeira. No evento de corrupção que gerou maior cobertura durante o período analisado, a primeira capa de Veja com referência ao mensalão (embora ainda sem referenciar-se ao apelido da operação) foi publicada em 25 de maio de 2005. A *The Economist* foi a primeira a replicar o assunto em pouco menos de duas semanas, seguida pela *Der Spiegel*, que publica artigo em sua edição de 23 de junho. A francesa *Le Nouvel Observateur* cobre o escândalo apenas em sua edição de 14 de julho. A americana *Time* ignora por completo o evento. A figura 8 ilustra a cobertura da Veja.

Figura 8 - Capa e artigos da edição 1906 de Veja, Maio de 2005



Fonte: Autor, 2014

O quadro 5 apresenta a cronologia das notícias sobre o mensalão na Veja e nas revistas internacionais.

Data	Revista	Título
25/mai/05	Veja	Corruptos
02/jun/05	Economist	Lula's mid-term blues
20/jun/05	Spiegel	Kampf gegen Korruption
23/jun/05	Economist	Jeffersonian democracy, tropical style
07/jul/05	Economist	From bad to worse
11/jul/05	Spiegel	Gescheiterter Befreiungsschlag
14/jul/05	Le Nou.Obs.	Brésil et les corrompus
14/jul/05	Economist	Fall from grace in Lulaland

Quadro 5- Cronologia de notícias sobre o mensalão

Fonte: Autor, (2014)

A tabela 30 apresenta de forma resumida os resultados encontrados no levantamento de dados das notícias sobre o Brasil e sobre corrupção, nas revistas estrangeiras e na revista Veja. A coluna correlação indica o sentido esperado pela hipótese.

Tabela 30 - Correlação entre capas da Veja e artigos em revistas estrangeiras

Objeto de análise	Tabela	Correlação	r	n	alfa	certeza
Tempo x Notícias sobre o Brasil - Rev. estr.	9	positiva	0,69	11	0,001	99%
Tempo x Notícias de corrupção - Rev. estr.	10	positiva	0,243	11	> 0,1	não cor.
Tempo x Notícias de corrupção – Veja	12	positiva	0,069	11	> 0,1	não cor.
Veja x Rev. estr. - Notícias de corrupção	13	positiva	0,776	11	0,005	99,50%
Veja x Rev. estr. - Fraude/desfalque/roubo	15	positiva	0,776	11	0,005	99,50%

Fonte: Autor, 2014

O alinhamento das notícias divulgadas aqui e no exterior não se limita apenas à quantidade de artigos publicados. Parte significativa dos assuntos tratados aqui e fora do Brasil parece coincidir. Enquanto 28,3% dos artigos sobre corrupção divulgados no exterior trataram do mensalão, a revista Veja dedicou 29,3% de suas reportagens de capa ao mesmo assunto. Há uma predominância absoluta, tanto aqui como no exterior, de casos de corrupção ocorridos no setor público. Menos de 5% das capas de Veja trata de corrupção envolvendo empresas do setor privado, a participação alcança 7,5% nas revistas estrangeiras. A corrupção no congresso e o ministro Palocci empatam na segunda posição nos assuntos abordados pelas revistas estrangeiras, cada um responsável pela publicação de 5 artigos. A cobertura da Veja dedica

mais espaço à exposição de crimes de corrupção dos partidos políticos, PT e PMDB, juntos, foram responsáveis por 8 reportagens de capa.

A referência de Miller (2006, p.1029) ao duplo papel exercido pela imprensa, “Muitos artigos retransmitem alegações feitas por outros intermediários de informações, mas há um número substancial de artigos baseados na análise da imprensa” e “a imprensa está envolvida no início do processo de identificação pública em 29% dos casos (de corrupção)” parece aplicar-se às perspectivas adotadas aos casos de corrupção no país. A revista *Veja*, ao dedicar espaço e crítica ao comportamento de partidos pretende exercer o papel de guardião contra a corrupção. Este comportamento apoia-se ainda no estudo de Camaj (2012), que conclui que evidências empíricas sugerem uma forte associação entre a liberdade de mídia e a corrupção, quanto maior a liberdade de mídia, menor a corrupção.

Cabe às revistas estrangeiras o papel de retransmissão de intermediários de informações, dedicando, em sua cobertura, aspectos de interesse de seu público, sem ostentar o caráter de denúncia. A figura 9 apresenta de forma ilustrativa o foco de artigo da *The Economist* de novembro de 2011 sobre as constantes trocas de ministros do governo de Dilma Roussef. A preocupação está antes nas dificuldades operacionais do que na denúncia ou identificação de culpados.

Figura 9 - Cleaning the Brasília pork factory - The Economist, Novembro de 2011



Fonte: The Economist, 2014

A influência no ambiente brasileiro dos artigos sobre corrupção publicados no exterior provou mais complexa de ser identificada. Seis diferentes indicadores foram utilizados na análise de correlação com a exposição das notícias de corrupção, dois econômicos (investimento estrangeiro direto e risco Brasil), três relacionados ao comércio internacional de bens (exportações, importações e trading across borders) e o índice de percepção da corrupção (CPI) da Transparência

Internacional.

Para cada indicador desenvolveu-se uma avaliação buscando a correlação no mesmo ano da publicação das notícias de corrupção e da produção do indicador. Logo a seguir, produziu-se análise similar com defasagem de um ano entre as variáveis, considerou-se o impacto das notícias sobre corrupção no ano imediatamente posterior da publicação do indicador. Este procedimento justifica-se à medida que investimentos e operações de comércio internacional exigem um determinado período para a alterações no ambiente externo.

A tabela 31 apresenta os resultados encontrados na análise de correlação entre notícias de corrupção no exterior e os seis indicadores escolhidos.

Tabela 31 - Correlação entre notícias sobre corrupção e indicadores

Indicador	Tabela	Correlação	r	n	alfa	certeza
Investimento Estrangeiro Direto	18	negativa	0,186	11	> 0,1	não cor.
IED ano posterior	19	negativa	-0,107	10	> 0,1	não cor.
Exportações	20	negativa	0,299	11	> 0,1	não cor.
Exportações ano posterior	21	negativa	0,061	10	> 0,1	não cor.
Importações	22	negativa	0,204	11	> 0,1	não cor.
Importações ano posterior	23	negativa	0,126	10	> 0,1	não cor.
Risco Brasil	24	positiva	-0,391	11	> 0,1	não cor.
Risco Brasil ano posterior	25	positiva	-0,451	10	> 0,1	não cor.
Trading across borders	26	positiva	0,269	8	> 0,1	não cor.
TAB ano posterior	27	positiva	-0,826	8	> 0,1	não cor.
Corruption Perception Index	28	positiva	-0,12	11	> 0,1	não cor.
CPI ano posterior	29	positiva	0,548	10	0,05	95,00%

Fonte: Autor, 2014

Das doze análises desenvolvidas, onze não apontaram um índice que indique com segurança qualquer correlação entre as duas variáveis consideradas. Ainda, nove entre os doze resultados encontrados produzem um índice r contrário à própria expectativa da correlação entre as variáveis.

Em função dos resultados encontrados, é pertinente lembrar resultados de pesquisadores que indicam uma fraca relação entre corrupção e determinados índices econômicos. Tal como apresentado no referencial teórico, Bellos e Subasat (2011) concluem que a corrupção não detém o investimento externo direto. De Jong e Bogmans (2011) entendem que, de uma forma geral, a corrupção emperra o comércio global, mas o pagamento de propinas a oficiais alfandegários incrementa ou facilita as importações.

O resultado alentador da análise foi a correlação identificada com o índice de percepção da corrupção, no ano posterior a sua publicação. O grau de segurança de 95% para esta correlação, ainda que significativo para um teste unilateral (onde há uma expectativa prévia do comportamento entre as variáveis) não é o índice mais usado, de acordo com Barbetta (2012). É mais comum a exigência de 97,5% para o tipo de teste em análise. Em função da diferença dos resultados encontrados no CPI no ano de análise versus ano posterior, poder-se-ia levantar a questão sobre o tempo necessário para que notícias sobre corrupção tenham alguma influência nos indicadores. Concretamente para o caso do CPI, a resposta reside, provavelmente, na metodologia da produção

do índice adotado pela Transparency International (2013), que “captura as percepções de corrupção dos últimos dois anos”.

Pode contrapor-se a este resultado a crítica de Abramo (2005) apresentada no referencial teórico quanto à percepção da corrupção: “Uma objeção que frequentemente se formula – em especial por governos – é que a opinião das pessoas é demasiadamente influenciada pelos noticiários”. O índice de percepção da corrupção poderia ser influenciado mais pela opinião de terceiros do que na própria percepção daqueles que são consultados na pesquisa.

É importante reconhecer que a corrupção exerce um efeito negativo nas empresas e no ambiente organizacional externo. Também parece claro que ela é uma variável coadjuvante aos interesses que movem as organizações a investirem em outros países ou praticar o comércio internacional. A análise da influência unidimensional da exposição da corrupção em indicadores que são suscetíveis a uma ampla variedade de funções e os resultados encontrados sugerem a sua importância limitada.

Na busca de um entendimento mais claro da exposição da corrupção e as consequências que a mesma possa ter sobre organizações que atuem ou invistam no Brasil, sugere-se:

- A utilização da regressão múltipla, onde a análise de diversas variáveis independentes ou explicativas é confrontada com o comportamento de uma variável dependente. O crescimento econômico e a estabilidade política, por exemplo, provavelmente exercem uma

influência no índice do risco Brasil superior ao nível de corrupção no Brasil percebido no exterior.

- A análise dos artigos nas publicações internacionais por um período ainda mais longo. Ainda que o período escolhido tenha certa homogeneidade à medida que coincide com um aumento gradativo da exposição e importância do Brasil no cenário internacional, o evento mensalão concentrou notícias sobre corrupção em dois momentos distintos, na sua identificação em 2005 e no julgamento de prisão dos condenados em 2012 e 2013. O aumento do período de análise poderá diluir o impacto do mensalão nos resultados encontrados.

- Entender o tempo médio necessário para que a percepção de corrupção exerça uma influência sobre os indicadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C.W., Percepções Pantanosas. **Novos Estudos – CEBRAP**. Número 73. P33, 2005.

AYTO, J. **Dictionary of Word Origins**. New York: Arcade, 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Foreign direct investments inflows**. Disponível em: <<https://bcb.gov.br/?SERIEFIND>>. Acesso em 06 fev 2014.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business – Trading across borders**. Disponível em: <<https://doingbusiness.org>>. Acesso em 09 fev 2014.

BARBETTA, P.A., **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8.ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

BELLOS, S.; SUBASAT, T.; Corruption and Foreign Direct Investment: a Panel Gravity Model Approach. **Bulletin of Economics Research**, Volume 64. Issue 4. P565, 2011.

BIERSTARKER, J.L. Differences in attitudes about fraud and corruption across cultures. **Cross Cultural Management**, Volume 16, Issue 3, P241, 2009.

BLANCO, L. R.; The Spatial Interdependence of FDI in Latin America. **World Development**, Volume 40. Número 7. P1337, 2012.

BOHN, S.R. Corruption in Latin America: Understanding the Perception-Exposure Gap. **Journal of Politics in Latin America**. Volume 4. Issue 3. P67, 29p, 2012.

BRASIL. Código Penal DL-002.848-1940. **Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral – Peculato**.

Disponível

em:

http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp312a327.htm.

Acesso em 06 jan. 2014.

BUTTON, M. Editorial: Fraud, corruption and the financial crisis. **International Journal of Law, Crime and Justice**, Volume 39, P137, 2011.

CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J.R.; **Negócios Internacionais: Estratégia, Gestão e Novas Realidades**. 1ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CUERVO-CAZURRA, A.; Better the devil you don't know: Types of corruption and FDI in transition economies. **Journal of International Management**. Volume 14. P12, 2008.

DE JONG, Eelke; BOGMANS, Christian.; Does corruption discourage international trade? **European Journal of Political Economy**. Volume 27. P385, 14p, 2011.

DER SPIEGEL. **Bordell im Senat**. Hamburgo: Spiegel, 29/2009, jul. 2009.

GARCIA, E.; **A corrupção, uma visão jurídico-sociológica**. 2008. Disponível em <http://www.tjrj.jus.br>. Acesso em 15 jan 2014.

HOFSTEDE, G. **Cultures and Organizations: Software of the Mind**, McGraw-Hill, London, 1987.

INFORMATIONSGEMEINSCHAFT ZUR FESTSTELLUNG DER VERBREITUNG VON WERBETRÄGERN E.V. Disponível em: <<http://www.ivw.eu>>. Acesso em 31 ago 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Embi+Br Risco-Brasil**. Disponível em <<http://ipeadata.gov.br>>. Acesso em 12 fev 2014.

INSTITUTO ETHOS. **CGU, Ethos e UNODC lançam manual contra corrupção para empresas.** Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 13 abr 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.** Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 13 abr 2014.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. Publicações Auditadas – Revistas. Disponível em <<http://www.ivcbrazil.org.br/apublicacoesauditadasrevista.asp>>. Acesso em 12 jan 2014.

JAVORCIK, B. S.; WEI, S.J.; Corruption and cross-border investment in emerging markets: Firm-level evidence. **Journal of International Money and Finance.** Volume 28, p605, 20p, 2009.

KAUFMANN, D. Corruption: The Facts. **Foreign Policy**, Summer97, Issue 107, p114. 18p, 1997.

KAUFMANN, D.; VICENTE, P.C. Legal Corruption. **Economics & Politics**, Volume 23, Issue 2, p195, 25p, 2011.

KNIGHT CENTER. **Protestos no Brasil acendem debate sobre qualidade da cobertura da grande mídia.** Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14102-protestos-no-brasil-acendem-debate-sobre-qualidade-da-cobertura-da-grande-midia>>. Acesso em 15 set 2013.

KURER, O.; Corruption: Na Alternative Approach to Its Definition and Measurement, **Political Studies**, Volume 53, Número 1, P222, 2005.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEEDIA. **Top 100 Zeitschriften.** Disponível em: <<http://meedia.de/print/top-100-zeitschriften.html>>. Acesso em 31 ago 2013.

MELGAR, N.; ROSSI, M., SMITH, T.W.; The Perception of Corruption, **International Journal of Public Opinion Research**, Volume 22, Número 1, P120, 2009.

MICKLETHWAIT, J., Ideias do Milênio: John Micklethwait: editor da revista *The Economist*. Consultor Jurídico. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-jan-21/ideias-milenio-john-micklethwait-editor-revista-the-economist>>. Acesso em 12 fev 2014.

MILLER, G.S.; *The Press as a Watchdog for Accounting Fraud*. **Journal of Accounting Research**, Volume 44, Nº 5, p1001, 32p, 2006.

OJD. **23^a Observatoire de la Presse**. Disponível em <<http://observatoire.ojd.com/>>. Acesso em 31 ago 2013.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Disponível em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em 29 set 2013.

O'NEILL, Jim. **The Growth Map: Economic Opportunity in the BRICs and beyond**. Nova York: Penguin, 2011.

PEW RESEARCH CENTER. **The State of the News Media 2012**. Disponível em <<http://sttateofthemedias.org>>. Acesso em 25 set 2013.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Número 21, p51, 19p, 2003.

ROBERTSON, C.J.; CRITTENDEN, W.F. Mapping Moral Philosophies: Strategic Implications for Multinational Firms. **Strategic Management Journal**. Número 24, p385, 8p, 2003.

ROTH, K.P.; DIAMANTOPOULOS, A.; Advancing the country image construct. **Journal of Business Research**. Número 62, p726, 15p, 2009.

SA, Antônio Lopes, HOOG, Wilson Alberto Zappa.L. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2005.

SHIRAZI, M.A.; The Impact of Corruption on International Trade. **Denver Journal of International Law and Policy**. Volume 40, p435, 2011.

STATE OF THE MEDIA. **The State of the News Media 2013**. Disponível em: <<http://stateofthedia.org/2013/news-magazines-embracing-their-digital-future/news-magazines-by-the-numbers/1-news-magazine-single-copy-sales-plummeted-in-2012/>>. Acesso em 31 ago 2013.

SWEIG, J.E.; A new global player: Brazil's far-flung agenda. **Foreign Affairs**. Número 89, p173, 2010.

THE ECONOMIST. **Follow the yellow BRIC road**. Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CA108759114&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w&asid=d249af1d34632bb165819f01db4ab02d>>. Acesso em 29 set 2013.

THE ECONOMIST. **House of horrors**. Londres: Economist, 9 jul.2009.

THEDE, Susanna, GUSTAFSON, Nils-Ake. The Multifaceted Impact of Corruption on International Trade. **The World Economy**, 2012.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.transparency.org>>. Acesso em 18 ago 2013.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perception index**. Disponível em <<http://cpi.transparency.org>>. Acesso em 14 fev 2014.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Barometer 2013**. Disponível em <<http://cpi.transparency.org>>. Acesso em 12 abr 2014.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **CPI Index 2013: Short Methodology Note**. Disponível em <<http://transparency.org>>. Acesso em 15 fev 2014.

UNIÃO EUROPEIA. **Serão necessários mais esforços para acabar com a corrupção**. Disponível em <http://ec.europa.eu/news/justice/140206_pt.htm>. Acesso em 13 abr 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **United Nations Convention against Corruption**. New York. 2004.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **United Nations Guide for Anti-corruption Policies**. Vienna. 2003.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **United Nations Handbook on Practical Anti-Corruption Measures for Prosecutors and Investigators**. Vienna. 2004.

VEJA. **Acervo digital**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 24 set 2013.

VIEIDER, F.M.; Separating real incentives and accountability.

Experimental Economics. Volume 14, P507, 2011.

WEI, S.J.; How Taxing is Corruption on International Investors?. **The**

Review of Economics and Statistics, Volume 82, N° 1, 2000.

ZELEKHA, Yaron, SHARABI, Eyal. Corruption, institutions and trade.

Economics of Governance, Volume 13, Issue 2, pp169-192, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Lista dos 53 artigos sobre corrupção em revistas estrangeiras

Magazine	Data	Título
Economist	Feb 21 2004	A halo tarnished; Brazil's party-finance scandal.
Economist	June 04 2005	Lula's mid-term blues; Brazil.
Economist	June 25 2005	Jeffersonian democracy tropical style; Brazil's bribery scandal.
Economist	July 09 2005	From bad to worse; Brazil's bribery scandal.
Economist	Jul 16 2005	Following the money trail; Brazil.
Economist	Jul 16 2005	Fall from grace in Lulaland; Brazil's corruption scandal.
Economist	July 30 2005	Lion's share; Brazil.
Economist	Aug 20 2005	The fall of the Workers's Party; Brazil's ruling party.
Economist	Aug 27 2005	Palocci's value; Brazil's economy.
Economist	Sep 24 2005	The loneliness of Lula; Scandals in Brazil.
Economist	Nov 19 2005	Palocci under siege; Brazil's economy.
Economist	Mar 25 2006	House calls; Corruption in Brazil.
Economist	Feb 10 2007	Parliament or pigsty? Brazil.
Economist	June 02 2007	Digging up the dirt; Brazil.
Economist	Sep 01 2007	Enter the judges; Corruption in Brazil.
Economist	Nov 03 2007	Free kicks and kickbacks; The World Cup.
Economist	Dec 08 2007	Sex, sleaze and taxes; Brazilian politics.
Economist	Jan 26 2008	Wolf Pack; Brazil.
Economist	Feb 23 2008	Whodunnit? Brazil.
Economist	Sep 06 2008	Spying on justice; Wiretaps in Brazil.
Economist	Sep 20 2008	The quiet Brazilian; Face value.
Economist	Sep 27 2008	Real-politik; Brazil.
Economist	Dec 06 2008	Fall of an opportunist; Brazil.
Economist	Mar 26 2009	Governors under fire; Brazil
Economist	Jul 09 2009	House of horrors; Brazil's scandal-plagued Senate
Economist	Feb 25 2010	The money trail; Corruption in Brazil
Economist	Jul 08 2010	Cleaning up; Brazil's congress
Economist	Jun 02 2011	Dilma's first big test; Brazil's president
Economist	Jun 09 2011	Exit Palocci; Brazil's government
Economist	Aug 20 2011	Dilma tries to drain the swamp; Politics in Brazil
Economist	Oct 01 2011	Own goals from Senhor Futebol; Football in Brazil
Economist	Nov 26 2011	Cleaning the Brasília pork factory; politics in Brazil
Economist	May 05 2012	After the fall; corruption in Brazil
Economist	Jun 16 2012	Shaming the unshameable; Public-sector pay in Brazil
Economist	Jul 28 2012	Justice delayed; Corruption in Brazil
Economist	Sep 29 2012	Worth the wait; Corruption in Brazil
Economist	Dec 22 2012	A healthier menu; Corruption in Brazil
Economist	Feb 16 2013	Unstoppable?
Economist	Jun 22 2013	Taking to the streets
Economist	Nov 23 2013	Jailed at last
Spiegel	Jun 20 2005	Kampf gegen Korruption
Spiegel	Jul 11 2005	Gescheiterter Befreiungsschlag
Spiegel	Apr 29 2006	Eine Mafia an der Macht
Spiegel	Jul 13 2009	Bordell im Senat
Spiegel	Sep 26 2011	Ermittlungen gegen Kirchenmafia
Spiegel	Jun 24 2013	Das Ende der großen Saue
Spiegel	Jul 08 2013	Sturm auf die Bastille
Spiegel	Oct 28 2013	Korrupte Kammern
Spiegel	Dec 02 2013	Butterfahrt im Dschungel
Time	Sep 24 2006	The Grim Rules Of Gangland
LNO	Jul 14 2005	Brazil et les corrompus
LNO	Sep 28 2006	Lula quand même
LNO	Jun 27 2013	La rue contre Dilma

APÊNDICE B – endereço virtual dos artigos sobre corrupção

Magazine	Data	Link
Economist	Feb 21 2004	http://www.economist.com/node/2446989
Economist	June 04 2005	http://www.economist.com/node/4033401
Economist	June 25 2005	http://www.economist.com/node/4109100
Economist	July 09 2005	http://www.economist.com/node/4157742
Economist	Jul 16 2005	http://www.economist.com/node/4174522
Economist	Jul 16 2005	http://www.economist.com/node/4174235
Economist	July 30 2005	http://www.economist.com/node/4232408
Economist	Aug 20 2005	http://www.economist.com/node/4293342
Economist	Aug 27 2005	http://www.economist.com/node/4327939
Economist	Sep 24 2005	http://www.economist.com/node/4425612
Economist	Nov 19 2005	http://www.economist.com/node/45126116
Economist	Mar 25 2006	http://www.economist.com/node/5664832
Economist	Feb 10 2007	http://www.economist.com/node/8670490
Economist	June 02 2007	http://www.economist.com/node/9257819
Economist	Sep 01 2007	http://www.economist.com/node/9725400
Economist	Nov 03 2007	http://www.economist.com/node/10063691
Economist	Dec 08 2007	http://www.economist.com/node/10253440
Economist	Jan 26 2008	http://www.economist.com/node/10566829
Economist	Feb 23 2008	http://www.economist.com/node/10731593
Economist	Sep 06 2008	http://www.economist.com/node/12060388
Economist	Sep 20 2008	http://www.economist.com/node/12253318
Economist	Sep 27 2008	http://www.economist.com/node/12305155
Economist	Dec 06 2008	http://www.economist.com/node/12725169
Economist	Mar 26 2009	http://www.economist.com/node/13370012
Economist	Jul 09 2009	http://www.economist.com/node/13998624
Economist	Feb 25 2010	http://www.economist.com/node/15580390
Economist	Jul 08 2010	http://www.economist.com/node/16542611
Economist	Jun 02 2011	http://www.economist.com/node/18774732
Economist	Jun 09 2011	http://www.economist.com/node/18805830
Economist	Aug 20 2011	http://www.economist.com/node/21526353
Economist	Oct 01 2011	http://www.economist.com/node/21530991
Economist	Nov 26 2011	http://www.economist.com/node/21540265
Economist	May 05 2012	http://www.economist.com/node/21554217
Economist	Jun 16 2012	http://www.economist.com/node/21556916
Economist	Jul 28 2012	http://www.economist.com/node/21559640
Economist	Sep 29 2012	http://www.economist.com/node/21563734
Economist	Dec 22 2012	http://www.economist.com/news/americas/21568722-historic-trial-those-guilty-legislative-votes-cash-scheme-draws-close
Economist	Feb 16 2013	http://www.economist.com/news/americas/21571896-despite-serial-corruption-allegations-old-guard-just-keeps-coming-back-unstoppable
Economist	Jun 22 2013	http://www.economist.com/news/americas/21590560-landmark-justice-jailed-last
Economist	Nov 23 2013	http://www.economist.com/news/americas/21590560-landmark-justice-jailed-last
Spiegel	Jun 20 2005	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-40788921.html
Spiegel	Jul 11 2005	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-41028314.html
Spiegel	Apr 29 2006	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-46765815.html
Spiegel	Jul 13 2009	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-66055478.html
Spiegel	Sep 26 2011	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-80652396.html
Spiegel	Jun 24 2013	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-99311849.html
Spiegel	Jul 08 2013	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-102241705.html
Spiegel	Oct 28 2013	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-118184413.html
Spiegel	Dec 02 2013	http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-122760762.html
Time	Sep 24 2006	http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,1538612,00.html
LNO	Jul 14 2005	http://articles.nouvelobs.com/
LNO	Sep 28 2006	http://articles.nouvelobs.com/
LNO	Jun 27 2013	http://articles.nouvelobs.com/

APÊNDICE C – Reportagens de capa da revista Veja que tratam de corrupção (até 2007)

Ano	Data	Título	Crime
2003	19/02/2003	A vingança do coronel	Abuso da Função
2003	12/11/2003	Bote na justiça	Suborno
2004	25/02/2004	O vale-tudo do PT	Contribuições políticas impróprias
2004	28/04/2004	Uma praga nacional	Fraude/desfalque/roubo
2004	12/05/2004	A megafortuna de Maluf no exterior	Fraude/desfalque/roubo
2004	07/07/2004	Por que eles não ficam presos	Fraude/desfalque/roubo
2004	20/10/2004	Os intocáveis	Suborno
2005	25/05/2005	Corruptos	Fraude/desfalque/roubo
2005	01/06/2005	O Homem bomba	Fraude/desfalque/roubo
2005	08/06/2005	Amazônia à venda	Suborno
2005	15/06/2005	Quem mais?	Fraude/desfalque/roubo
2005	06/07/2005	O elo se fecha	Fraude/desfalque/roubo
2005	13/07/2005	Ele sabia?	Fraude/desfalque/roubo
2005	20/07/2005	Mensalão	Fraude/desfalque/roubo
2005	27/07/2005	A chantagem	Fraude/desfalque/roubo
2005	03/08/2005	O risco Dirceu	Fraude/desfalque/roubo
2005	10/08/2005	Lulla	Fraude/desfalque/roubo
2005	17/08/2005	Impeachment	Fraude/desfalque/roubo
2005	24/08/2005	Denúncias atingem Palocci	Fraude/desfalque/roubo
2005	31/08/2005	Político artificial	Contribuições políticas impróprias
2005	07/09/2005	O "mensalinho" de Severino	Suborno
2005	21/09/2005	Era vidro e se quebrou	Fraude/desfalque/roubo
2005	28/09/2005	A máfia do apito	Suborno
2005	19/10/2005	Um fantasma assombra o PT	Fraude/desfalque/roubo
2006	18/01/2006	Duda fez, Duda faz	Fraude/desfalque/roubo
2006	08/03/2006	O Mensalão II	Fraude/desfalque/roubo
2006	29/03/2006	Moral torta	Abuso da Função
2006	05/04/2006	Golpe sujo	Abuso da Função
2006	19/04/2006	O bando dos 40	Fraude/desfalque/roubo
2006	03/05/2006	Os 7 pecados capitais da política	Fraude/desfalque/roubo
2006	26/07/2006	A lista da vergonha	Suborno
2006	27/09/2006	(Lula com os olhos vendados)	Extorsão
2006	18/10/2006	Limpeza de alto risco	Abuso da Função
2007	25/04/2007	Bingo!	Suborno
2007	30/05/2007	Navalha na carne	Suborno
2007	13/06/2007	Monica Veloso	Suborno
2007	27/06/2007	Por que ele tem que sair	Suborno
2007	08/08/2007	Mais laranjas de Renan	Suborno
2007	15/08/2007	Por que eles não ficam presos	Fraude/desfalque/roubo
2007	05/09/2007	A justiça suprema	Fraude/desfalque/roubo
2007	19/09/2007	Vergonha!	Favorecimento

APÊNDICE D – Reportagens de capa da revista Veja que tratam de corrupção (2008 a 2013)

2008	30/01/2008	O manual dos ladrões	Contribuições políticas impróprias
2008	13/02/2008	O mundo encantado deles	Fraude/desfalque/roubo
2008	21/05/2008	O lado escuro da força	Fraude/desfalque/roubo
2008	16/07/2008	Fala, Dantas!	Fraude/desfalque/roubo
2009	25/02/2009	Um caso de amor com nosso dinheiro	Fraude/desfalque/roubo
2009	11/03/2009	Dr. Protógenes	Abuso da Função
2009	01/04/2009	A queda da casa de luxo	Fraude/desfalque/roubo
2009	29/04/2009	Puxe	Fraude/desfalque/roubo
2009	24/06/2009	Basta de impunidade!	Abuso da Função
2009	02/09/2009	MST	Fraude/desfalque/roubo
2009	09/12/2009	O Natal dos safados	Fraude/desfalque/roubo
2010	10/03/2010	Caiu a casa do tesoureiro do PT	Contribuições políticas impróprias
2010	17/03/2010		12% Fraude/desfalque/roubo
2010	08/09/2010	O partido do polvo	Abuso da Função
2010	15/09/2010	O polvo no poder	Favorecimento
2010	22/09/2010	A alegria do polvo	Favorecimento
2010	29/09/2010	A liberdade sob ataque	Extorsão
2010	27/10/2010	A verdade sobre os dossiês	Abuso da Função
2011	08/06/2011	A anatomia da corrupção	Fraude/desfalque/roubo
2011	17/08/2011	A praga da corrupção	Fraude/desfalque/roubo
2011	31/08/2011	O poderoso chefe	Extorsão
2011	26/10/2011	Dez motivos para se indignar com a cc	Fraude/desfalque/roubo
2011	14/12/2011	A trama dos falsários	Abuso da Função
2012	15/02/2012	A sedutora e o poder	Abuso da Função
2012	18/04/2012	Mensalão	Fraude/desfalque/roubo
2012	09/05/2012	Nas águas do Cachoeira	Suborno
2012	06/06/2012	Um tiro no pé	Abuso da Função
2012	01/08/2012	Réu	Fraude/desfalque/roubo
2012	05/09/2012	Até que enfim	Fraude/desfalque/roubo
2012	19/09/2012	Os segredos de Valério	Fraude/desfalque/roubo
2012	17/10/2012	Vitória suprema!	Fraude/desfalque/roubo
2012	07/11/2012	O que Valério que contar à justiça	Fraude/desfalque/roubo
2012	05/12/2012	A mulher que sabe demais	Abuso da Função
2013	24/04/2013	Vida de rainha	Abuso da Função
2013	01/05/2013	O ataque à justiça	Fraude/desfalque/roubo
2013	04/09/2013	Vergonha!	Favorecimento
2013	18/09/2013	Eis o homem	Fraude/desfalque/roubo
2013	25/09/2013	Brasília, 18 de setembro de 2013	Fraude/desfalque/roubo
2013	20/11/2013	Uma lição aos corruptos	Fraude/desfalque/roubo
2013	27/11/2013	A lei e os fora da lei	Fraude/desfalque/roubo
2013	18/12/2013	O rei dos laranjas	Suborno